

2007/2008

## MENSAGEM de FIM DE ANO

*Ao nos aproximarmos do final de mais uma etapa cronológica de nossas vidas, o Clube de Aeronáutica e seus associados desejam, neste momento de fé religiosa, unir-se, especialmente, à Família Aeronáutica e aos demais membros da comunidade militar, mas, também, à própria Sociedade brasileira, como o conjunto maior, em uma prece de esperança por dias melhores para todos. Que a justiça possa, finalmente, prevalecer, a fim de que os justos ocupem seu merecido espaço de dignidade e de amor verdadeiro pelo próximo, e que esses sejam os escolhidos pelo povo para a condução dos destinos desta grande Nação.*

*Ten Brig Ar Ivan Frota  
Presidente*

# Mensagem de Fim de Ano do COMANDANTE da AERONÁUTICA



A chegada do final do ano marca o encerramento de mais um ciclo na vida das pessoas e das organizações. É um momento para reflexão sobre o que fizemos com as oportunidades diárias de aprimoramento – momentos agradáveis ou não – ofertadas pela vida.

Avaliamos nossas atitudes diante das situações, e o quanto crescemos com as experiências vivenciadas. Dessas lições, tiramos o aprendizado para os ajustes necessários à constante busca pela melhor rota, fazemos novos planos e, assim, damos continuidade ao voo.

Para o Comando da Aeronáutica, 2007 foi um ano repleto de desafios,

com acontecimentos que marcaram a Aviação no Brasil e chamaram a atenção de toda a sociedade. No entanto, foi, também, um ano evidenciado pela união de nossa gente, pela solidariedade de todos os que envergaram e que já envergaram o azul. Este foi o principal esteio para a manutenção do voo estável de nossa grande aeronave através dessa passageira área de turbulências.

O “enfrentar as dificuldades” com bravura e determinação sempre foi, e continua sendo, a característica indelével dos integrantes da Aeronáutica, irmanados pela fé nos princípios que norteiam a Instituição. Graças ao empenho de todos, o ano que se encerra foi profícuo. O objetivo maior foi dar continuidade às ações

iniciadas há alguns anos, muito bem coordenadas pelo Estado-Maior da Aeronáutica, visando tornar a Força Aérea compatível com a estatura político-estratégica do Brasil. E, nesse sentido, temos logrado êxito.

A aquisição de novas aeronaves, bem como o processo de modernização da atual frota, têm o propósito de facultar à Força plenas condições de cumprir sua destinação constitucional.

Na Amazônia, já voam os H-60 *Black Hawk*, empregados em missões operacionais militares e no apoio às comunidades isoladas, futuramente, agregando-se às missões de Busca e Salvamento. Os C-105 *Amazonas*, modernas aeronaves de transporte, substituíram os heróicos C-115 *Búfalo* que, durante décadas, prestaram suporte à região com inegável sucesso.

A Aviação de Caça também foi contemplada. Os Mirage 2000 e os F-5 modernizados, incorporados à Defesa Aé-



Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito  
*Comandante da Aeronáutica*

rea, asseguram, diuturnamente, a manutenção de nossa soberania. Recebemos o 50º Super Tucano (A-29), orgulho da Indústria Aeronáutica brasileira, aeronave que incrementou a formação dos pilotos de combate em Natal e deu novo vigor aos esquadrões sediados em Campo Grande, Porto Velho e Boa Vista.

Continuamos a buscar a excelência no Controle do Espaço Aéreo, ampliando a cobertura radar e a estrutura de telecomunicações. Otimizamos o fluxo das aeronaves. Trabalhamos com afinco no sentido de prover um serviço de vigilância meteorológica que garanta a segurança das operações aéreas. Par e passo com o que há de mais moderno, estamos dando prosseguimento ao Programa de Transição para os novos sistemas CNS/ATM (Comunicações, Navegação, Vigilância/Gestão de Tráfego Aéreo), mantendo sempre o foco no estado da arte em proveito do controle do Tráfego Aéreo e da Defesa Aérea.

Alinhado com este pensamento, o Comando da Aeronáutica tem exercido atividades conjuntas com entidades nacionais e internacionais, visando ampliar a capacidade científico-tecnológica brasileira nos campos aeroespacial e do desenvolvimento e da produção de artefatos bélicos inteligentes.

Olhos no futuro, pés no presente, compromisso com o passado. O vasto legado de bons serviços prestados à Nação

tem sido preservado pela Força Aérea.

O histórico Correio Aéreo Nacional, que durante tantos anos transportou em suas asas o progresso, a integração nacional, a esperança e a cidadania, continua a cumprir bem seu papel. Várias linhas mantêm a ligação entre brasileiros separados por grandes distâncias e propiciam o atendimento médico/odontológico promovido pelas missões de Ação Cívico-Social, nas Missões de Evacuação Aeromédica, Missões de Misericórdia e, ainda, o essencial apoio ao Projeto Rondon. É a Força Aérea mantendo forte sua presença estratégica e institucional, e consolidando seu papel de vetor de segurança e fator de desenvolvimento.

Firmes na convicção de que a grandeza de nossa Instituição é reflexo de seus integrantes, temos priorizado ao máximo o apoio ao homem. Saúde, Educação e Moradia são pontos em destaque.

Nas escolas de formação e de aperfeiçoamento os homens e as mulheres de azul têm recebido uma sólida base cultural, enriquecida pelo domínio de idiomas, conhecimentos de elevada complexidade e absorção de novas capacidades.

Os Cadetes da Aeronáutica deixam a Academia como bacharéis em Administração, além da formação específica. A Escola Preparatória de Cadetes do Ar classificou-se em 8º lugar no Exame Nacional de Cursos entre as escolas públicas de

nível médio. Na Escola de Especialistas, novos Sargentos têm sido formados no intuito de atender às necessidades de pessoal especializado, permitindo à Força consolidar sua estrutura de Recursos Humanos à altura das demandas presentes.

Os sistemas de pós- formação têm ampliado sua abrangência, oferecendo cursos de MBA, mestrado e doutorado em diversos campos.

A propósito, uma frase esculpida na Academia da Força Aérea retrata bem o pensamento do Comando da Aeronáutica: *“o vôo do homem através da vida é sustentado pela força de seus conhecimentos”*.

Para 2008, instigantes e promissores horizontes se descortinam. Boas perspectivas em todos os setores aenam para um futuro que é motivo de entusiasmo. Sem perder o foco no objetivo, continuaremos trabalhando na edificação da Aeronáutica que todos sonhamos: forte, participativa, atuante e, acima de tudo, preparada para o cumprimento de sua missão.

Eis o nosso compromisso, eis o nosso labor.

Envolvidos por essa atmosfera de otimismo, tenhamos um período de Festas Natalinas pleno de paz, harmonia e saúde. A todos, os melhores votos de que o ano de 2008 emoldure o espaço que o tempo nos reserva para a realização dos maiores sonhos ■

---

### Presidente

Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota

### 1º Vice-Presidente

Maj Brig Ar Márcio Callafange

### 2º Vice-Presidente

Brig Ar Cezar de Barros Perlingeiro

### 3º Vice-Presidente

Brig Eng Edison Martins

---

# Expediente

out./nov./dez. 2007



revista@caer.org.br

## DEPARTAMENTOS

### Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

### Social

Ten Cel Int José Pinto Cabral

### Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

### Administrativo

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

### Financeiro

Cel Int Marco Antônio Pereira Nogueira

### Patrimonial

Cap Adm Ivan Alves Moreira

### Aerodesportivo

Ten Cel Int José Augusto Santana de Oliveira

### Desportivo

Ten Cel Odyr Eduardo Lapa Coutinho

### Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

### Assessoria de Comunicação Social

Cel Int Celestino Carlos Wanderley Neto

## SUPERINTENDÊNCIAS

### Sede Social

Brig Ar Cezar de Barros Perlingeiro

### Sede da Barra da Tijuca

Brig Eng Edison Martins

### Sede Lacustre

1º Ten Sebastião José Ferreira

### Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

## CHICAER

Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota

### Sede Social

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20021-200

- Tel.: (21) 2210-3212
- Fax: (21) 2220-8444

### Sede da Barra da Tijuca

- Tel.: (21) 3325-2681

### Sede Lacustre

- Tel.: (22) 2662-1049

### Expediente do CAER

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

---

### Presidente do Conselho Deliberativo

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

### Presidente do Conselho Fiscal

Brig Int Helio Gonçalves

---

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel./Fax: (21) 2220-3691

### Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

### Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

### Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

### Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

### Revisão

Dirce Brízida

### Secretária de Redação

Luciene Ribeiro

*As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.*

# Índice

1 Editorial  
Mensagem de Fim de Ano  
Ten Brig Ar Ivan Frota

2 Mensagem de Fim de Ano do  
Comandante da Aeronáutica  
Ten Brig Ar Juniti Saito

6 CAER - Departamento Cultural  
Grupos de Estudo

9 Clube de Aeronáutica  
Sede Lacustre  
Clarindo dos Santos  
Escritor

10 Idéias para o planejamento  
estratégico da aviação  
comercial do Brasil  
Ten Brig Ar Mauro José Miranda Gandra

14 A (Frota da) Força Aérea  
está à morte?  
Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes

18 Oliveira Vianna e a política  
Antonio Paim  
Filósofo

22 Amazônia: defesa e guarda  
Manoel Soriano Neto  
Cel Ex e Historiador

24 Onu: Brasil contra o Brasil  
João Ricardo Moderno  
Pres da Academia Brasileira  
de Filosofia

26 América Latina- Eua:  
Os sete capítulos de  
uma conturbada relação  
Manuel Cambeses Júnior  
Cel Av

28 Unidade da federação  
Brasileira e o conceito  
de soberania  
Francisco Martins de Souza  
Prof Dr

31 Verdade x atualidade  
Araken Hipólito da Costa  
Cel Av



32 Uma autocrítica  
pós-socialismo real  
Carlos Ilich Santos Azambuja  
Historiador

34 Os Asas Brancas  
Eliana C. Teixeira de Freitas  
Psicóloga Clínica

36 A integralidade e a  
paridade para os  
militares federais  
Gen Div Synésio Scofano  
Fernandes

38 Gases no tubo gastrointestinal  
Maj Brig Méd Ricardo Luiz de  
G. Germano

40 Culpa de quem?  
Severo Hryniewicz  
Professor de Filosofia da  
Faculdade João Paulo II

42 A terra... é dos homens?  
Aloísio Quadros  
Pesquisador e historiador

44 O trenó e a Balada  
de um Soldado  
Luís Mauro  
Cel Av

46 Natal e Ano Bom  
D. Estevão Bettencourt  
Teólogo e Monge Beneditino

48 Charge  
Ivo Batalha  
Cel Av

# CAER Departamento Cultural

Apresenta a síntese dos trabalhos elaborados pelos Grupos de Estudo não sendo incluído o da Reforma Política, já apresentado em 2007.

Os associados e interessados em participar dos debates dos Grupos de Estudo poderão comparecer às reuniões (*todas as quintas-feiras, de 10h às 12h, a partir de 14 de fevereiro de 2008*) ou via e-mail: SOBERANIA NACIONAL: Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota ([tmcfrota@terra.com.br](mailto:tmcfrota@terra.com.br)) e MINISTÉRIO DA DEFESA: Tacarijú Thomé de Paula Filho - Cel Av ([tacariju@uol.com.br](mailto:tacariju@uol.com.br)).

O Grupo de Estudo de ASSUNTOS ATUAIS versará sobre os seguintes temas:  
Segurança Pública, Terrorismo e Indústria de Defesa.

Pesquisadores do Grupo: Maj Brig Ar Umberto de C. Carvalho Netto (Coordenador), Cel Art Frederico José Bergamo de Andrade e João Victorino (Jornalista).  
Este Grupo iniciará seus trabalhos a partir de 14 de fevereiro de 2008.

## GRUPO SOBERANIA

Há um bordão na vida castrense que reza: "...é fácil comandar homens livres, basta indicar-lhes o caminho do dever...". É esta tradicional assertiva que inspirou Osório nas lutas da Tríplice Aliança e que deu a devida dimensão ao grupo dos estudos da SOBERANIA, em que consciências livres e preocupadas com a nacionalidade debateram no mais alto nível as verdades da atualidade brasileira, longe da xenofobia, ao lado do mais alto espírito de uma correta visão do momento por que passa a nação.

Sob a égide desta visão e contando com a intelectualidade dos seus participantes – soldados, marinheiros, aviadores, advogados, filósofos e homens da arte – as tradicionais reuniões das quintas-feiras levaram o Clube de Aeronáutica a enriquecer o seu ideário, não só pelas posições discutidas, mas, também, pelo reconhecimento da postura do Departamento Cultural, que, com a condução inteligente do Coronel Araken Hipólito da Costa, possibilitou que os companheiros participassem um verdadeiro projeto de brasilidade, que legou ao Clube mais uma vitória nas suas realizações.

Soa assim claro que a SOBERANIA é a preocupação central das posições em discussão, nunca esquecendo a Carta da ONU, que prega o pacífico convívio nos grupos sociais, dentro dos limites de cada nacionalidade.

Seguindo o pensamento filosófico de Reale, o grupo acordou em apreciar a dinâmica histórica dos aglomerados humanos,

discutindo as civilizações arcaicas, clássicas, medievais e modernas. Com ênfase neste ideário de ações, na pauta de um melhor conhecimento do *Homo Sapiens*, o grupo além de seus debates nas quintas-feiras, entendeu que as pessoas especializadas em determinadas áreas seriam convidadas a fazer apresentações das temáticas ligadas a SOBERANIA.

Rotulado nessa posição, o grupo convidou especialistas, como o Coronel Wilson Krukosky, Chefe da Comissão de Limites do Ministério das Relações Exteriores, o Brigadeiro José Orlando Bellon, um dos componentes da equipe que estudou a montagem do SIVAM, e o General Luiz G. S. Lessa, especialista em estudos amazônicos, que nas suas apresentações possibilitaram, respectivamente, um melhor entendimento das nossas FRONTEIRAS, do Espaço Aéreo da Hiléia e as peculiaridades do Calha Norte no espaço amazônico. Estas palestras de muito adiantaram o fluxo de conhecimentos do grupo de estudos, no campo da SOBERANIA.

A Presidência do Clube escolheu um especialista em problemas da Hiléia, o Senador Jefferson Peres, para se fazer presente nos trabalhos dos grupos de estudo.

Com vistas à presença do Senador, foi elaborada uma publicação pelo Departamento Cultural, onde os grupos de estudo apresentaram as suas posições com a visão do futuro debate com Peres. O evento se realizou, e os grupos percorreram no que tange às suas posições, com o Parlamen-

tar convidado. O encontro com o Senador, conhecedor profundo dos problemas da nossa Hiléia, ensejou uma série de questionamentos, que redundaram numa acalorada tomada de posições, visto que a AMAZÔNIA é, no presente, a gleba que mais preocupa a nacionalidade. O mundo se volta para a AMAZÔNIA sob os mais diversos ângulos: indígena, madeireiro, mineral, extrativista, fronteiriço e ambientalista. Há muito que se preocupar com a nossa Hiléia, vista, como é público e notório, pelos olhos ambiciosos de múltiplos aglomerados alienígenas.

Esta coordenadoria adiantou algumas considerações no opúsculo apresentado ao Senador, que julgamos oportuno rememorar, na essência de uma melhor percepção dos trabalhos aventados no seio do grupo SOBERANIA.

*Verbis*: Grupo de Estudo, Soberania Nacional (p. 9).

"Em tese a soberania, na sua essência, representa o respeito mútuo no contexto das nações, e como afirma o jurista e publicista Miguel Reale, com muita maestria, nas suas referências filosóficas – (...) os campos político, jurídico e social numa atuação conjunta respaldam e garantem às nações politicamente organizadas o tão almejado equilíbrio – que numa análise lógica, permite o seguro desempenho dos Estados em todas as suas atividades, emoldurado por esta consagrada trilogia do pensador brasileiro."

Como pode ser avaliado, o preço da paz continental passa a ser condicionado



Pesquisadores  
dos Grupos de Estudo

ao tradicional instituto castrense do equilíbrio: a DISSUAÇÃO!

O grupo de estudo reconheceu e entendeu que os equipamentos das Forças Armadas, na presente conjuntura, não atendem às necessidades do contexto continental.

As dificuldades de se manter as faixas de fronteira incólumes redundam na imediata atualização das tropas de terra, da Marinha e da Aviação. Uma Força Armada com capacidade de enfrentamento inibe pretensos aventureiros ideológicos de seus fanatismos.

O Brasil, com sua potencialidade, não pode esquecer as suas atividades político-militares na busca de um respaldo à sua dimensão geopolítica abaixo do Equador, ao lado da sua extensão territorial, economia passando por uma fase bem dimensionada na globalização, não se olvidando os aspectos culturais no campo das artes, música e ciências.

Embora já se torne palpável um viés populista e sindicalista na área política e administrativa, o grupo de estudo levantou suas preocupações, com vistas a subsidiar a temática do ideário do Clube de Aeronáutica.

Gizado nestes aspectos há de se renovar o rol já apresentado ao plenário do Departamento Cultural, nas prévias que antecederam a visita do Senador Peres.

Assim, com escopo no documento conhecido, abaixo seguem preocupações, mantidas numa seqüência avaliativa, que consubstanciam as nossas.

### APREENSÕES

Declaração do ex-Vice-Presidente Al Gore dos EUA de que a Amazônia é de todos.

Já se pronunciaram com vistas à soberania relativa da Amazônia: Miterrand, Gorbachev, John Major e o Gen. P. Hugues.

O Conselho Mundial de Igrejas, a viva voz, declarou que a Amazônia é um Patrimônio da Humanidade.

Ausência de órgãos do Governo na Amazônia, o que tem facilitado a proliferação de ONG's em toda a Hiléia.

A cobiça internacional pela Amazônia, na busca da reserva incomensurável de pedras preciosas, jazidas as mais diversas, madeiras de lei, plantas medicinais e animais exóticos.

A demarcação contínua de áreas indígenas, como exemplo a Reserva Raposa do Sol, em Roraima, recentemente ativada pelo Governo.

Não se pode deixar de fazer referência à Reserva lanomâmi, também em Roraima, que ocupa uma extensão de terra do tamanho de Portugal, ocupada por *"meia dúzia de índios"*.

A área lanomâmi, em Roraima, adentra no território venezuelano, aonde o *"ir e vir"* de movimentos de índios da mesma etnia poderá redundar em expectativa de nação em terras pátrias e no país vizinho.

O atual Governo se tem curvado a ambientalistas e antropólogos, chegando a homologar 65 reservas indígenas.

São conhecidas na imprensa internacional, plantas e substâncias medici-

nais da nossa flora, patenteadas por laboratórios estrangeiros.

A especulação nas áreas ditas Quilombolas tem provocado reações no todo social e na imprensa, em face da extensão territorial delimitada.

Num aspecto conclusivo esta coordenação sentiu-se profundamente honrada, em conviver com companheiros do estofado e da grandeza moral de Francisco M. Souza, Bicudo, Simões, Jesse, Lucy e Belém – inteligentes, cultos e patriotas – profundos conhecedores dos problemas que nos têm envolvido, e em especial na preocupação múltipla do *"viés sindicalista e ideológico"* que respalda o atual Governo.

Buscando fugir desta inquietude social, o grupo de estudo aproveitou seus cérebros privilegiados, no conclusivo acima formalizado: as APREENSÕES.

Busco, neste final, inspiração no saudoso Brigadeiro Eduardo Gomes, que em pronunciamento à nação usou, também, a expressiva, tradicional e democrática afirmação:

**O PREÇO DA LIBERDADE  
É A ETERNA VIGILÂNCIA!**

*Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota*

### Pesquisadores:

Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota (Coordenador),  
Cel Inf Joselauro Justa de Almeida Simões,  
Cel Av Araken Hipólito da Costa,  
Professor Dr. Francisco Martins de Souza,  
CMG/IM Haroldo Belém,  
Dr. Nery Fernandes de Souza (Juiz) e  
Fernando Bicudo (Presidente do Centro Cultural Ópera Brasil).

## GRUPO MINISTÉRIO DA DEFESA

Como tem sido comprovada ao longo das décadas, no nível operacional, no contato direto com a objetividade, a cooperação entre as Forças Armadas é evidente e exemplar. No entanto, na medida em que esta objetividade se vai tornando pouco a pouco mais tênue, até alcançar o espectro das hipóteses, das possibilidades e das probabilidades, é natural que os questionamentos ocorram com alguma intensidade. Terra, Mar e Ar são ambientes que atraem atenções e interesses específicos, apesar do esforço e da compreensão de cada uma das Forças Armadas, no sentido de sustentar a referida cooperação em qualquer nível.

Considerando-se as hipóteses que orientam as soluções estratégicas, sabe-se que há necessidade de existir um fator de coesão a atrair atenções e interesses específicos, a fim de possibilitar a necessária concordância na definição dos parâmetros que ajudarão a identificar prioridades e a avaliar os riscos. Sem tal fator, ou se o mesmo existir sem a intensidade necessária, um acordo estratégico de defesa entre as Forças torna-se difícil, na medida em que há uma tendência natural, um atrator, que dirige o foco de atenção para o ambiente de ação próprio.

Identificar e hierarquizar as vulnerabilidades da Nação e as possíveis ameaças às suas integridades depende da intensidade desse fator de coesão e dos parâmetros comuns de avaliação dos riscos, sem o que os esforços de defesa perderão coesão e coerência com as ameaças e as possibilidades de contrapô-las, isto é, sem isso será muito difícil existir um processo de planejamento estratégico integrado entre as três Forças.

Do ponto de vista gerencial, tal fator pode conformar diferentes modelos de instituição com diferentes perfis organizacionais. No Bra-

sil, o legislador optou pela constituição de um Ministério da Defesa que teria a função de garantir a existência desse mencionado fator de coesão. Assumindo-se que essa decisão política terá continuidade ao longo dos próximos anos, o Grupo de Estudo decidiu-se por pensar soluções a partir desse pressuposto, isto é, como o Ministério da Defesa poderia se organizar, a fim de garantir a necessária intensidade na integração entre os processos de planejamento estratégico das três Forças Armadas.

Assim sendo, iniciaram-se os estudos pelo como a estrutura organizacional poderia contribuir para fortalecer a referida integração. Nesse espectro de análise, incluiu-se o papel do Ministério da Defesa de modo geral e na busca de recursos suficientes para atender às necessidades identificadas na estratégia comum de defesa. Assim evita-se que cada Força lute isoladamente pelo seu "quinhão" na distribuição orçamentária, ou que, do mesmo modo, planeje um reequipamento sem considerar o esforço comum no cumprimento de uma estratégia coerente, dentre outros assuntos.

O Grupo de Estudo também analisou algumas questões relacionadas à Aviação Civil. Inicialmente, chegou-se à conclusão que Aviação Civil é Transporte, devendo seu planejamento integrar-se com os demais modalidades: rodoviária, ferroviária, marítima, hidroviária etc. Nesse caso, a Aviação Civil estaria mal colocada no Ministério da Defesa. No entanto, o fato jurídico é que o Ministério da Defesa tem a responsabilidade por seu gerenciamento, e assim foi considerado.

Do mesmo modo, percebeu-se a pouca intensidade do fator de coesão que garantiria um planejamento aeroviário consistente. O Ministério da Defesa parecia não cumprir esse papel. Os elementos do Sistema de Aviação Civil: ANAC, INFRAERO e DECEA pare-

ciam não possuir a necessária sincronia entre suas ações operacionais. Provavelmente, a criação da Secretaria de Aviação Civil induzirá uma aproximação entre esses elementos, dando maior consistência às decisões estratégicas e operacionais nessa área.

Como se sabe, o DECEA é um Órgão subordinado diretamente à Aeronáutica. Consolidando-se a existência dessa nova Secretaria, o DECEA estaria ligado umbilicalmente a dois senhores: Aeronáutica e Secretaria de Aviação Civil. Esse fato, por si só, é condição para possíveis conflitos. Há necessidade de se encontrar uma solução que viabilize a realização de um planejamento aeroviário; e que reflita a integração entre os planejamentos de cada elemento do Sistema de Aviação Civil sem afetar as responsabilidades que a Aeronáutica tem pela integração atual entre a Defesa Aérea e a Circulação Aérea.

Em 2007, foram recebidos o Tenente-Brigadeiro Gandra e o Major-Brigadeiro Ramon, que esclareceram os pontos ainda sem nitidez sobre a Aviação Civil, facilitando enormemente o direcionamento das discussões. Em 2008, outras personalidades serão convidadas, a fim de consolidar as informações preciosas até aqui obtidas. Os estudos prosseguirão até que seja possível se delinear uma proposta que responda às necessidades da Nação e que manifeste a essência de nossa cultura.

*Tacarijú Thomé de Paula Filho - Cel Av*

### Pesquisadores:

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista (Coordenador),

Ten Brig Ar Pedro Ivo Seixas,

Cel Av Tacarijú Thomé de Paula Filho,

CMG AvN Paulo de Paula Mesiano,

Ten Cel CD Jesse Ribeiro da Silva,

João Ricardo Moderno (Presidente da

Academia Brasileira de Filosofia) e

Antônio Carlos Gomes Siqueira (Presidente da DEMOPART).

**MARÇO 2008**

## Curso de Humanidades

Está sendo implantado, com início a partir de março de 2008, e com previsão de encerramento em junho, o Curso de Humanidades.

As aulas serão ministradas uma vez por semana todas as terças-feiras, no horário de 9h 30 às 12h.

Aqueles que desejarem cursá-lo, como discentes, podem comunicar-se por intermédio do telefone (21) 2220-3691 – Departamento Cultural.

O Curso de Humanidades do Instituto de Humanidades é resultado da experimentação, durante cerca de duas décadas, de modelo elaborado a partir de cursos análogos ministrados pelo *St. John's College*, americano e pela *Open University*, inglesa.

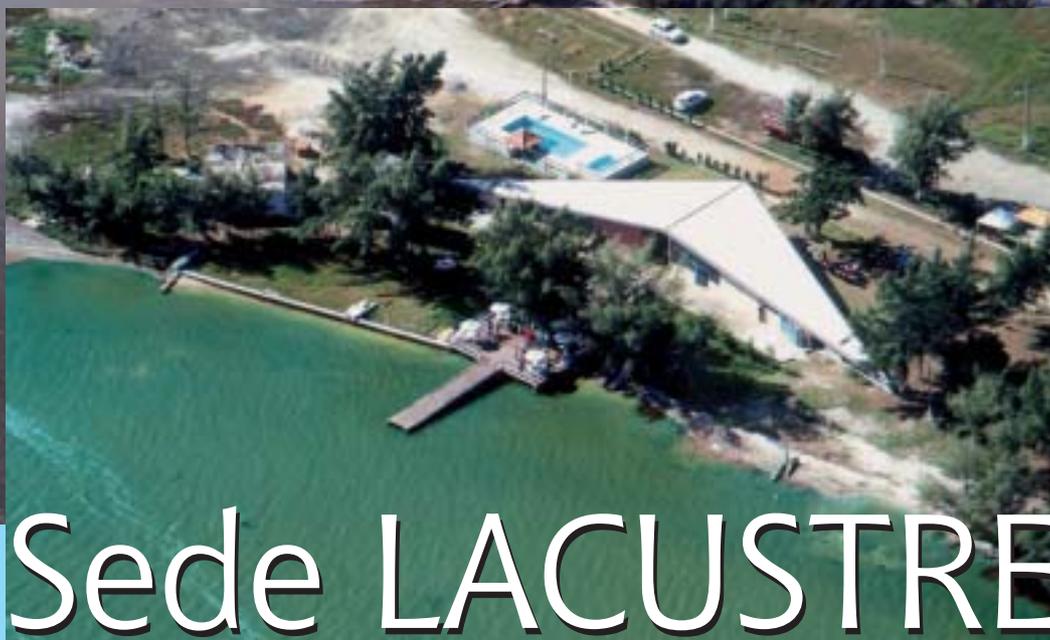
Destina-se a proporcionar familiaridade com as obras clássicas da cultura ocidental. Inicia-se pela disciplina introdutória intitulada **A CULTURA OCIDENTAL**. As obras em apreço acham-se agrupadas deste modo: **POLÍTICA, MORAL, RELIGIÃO FILOSOFIA e ARTE**.

A disciplina introdutória faculta uma visão dos momentos fundamentais do processo constitutivo da cultura em que nos inserimos.

Ao tomá-los como inspiração, tivemos em vista a estrutura curricular e, subseqüentemente, o cuidado de aprimorar o nosso próprio modelo.

Elaboramos, também, roteiros aptos a facultar a leitura relacionada às obras científicas e literárias que fundamentam o Curso, sendo este montado com as seguintes disciplinas: **Cultura Ocidental, Política, Moral, Religião, Filosofia, Ciências, Arte, Música, Cinema e Ópera**.

# CAER



## Sede LACUSTRE

Clarindo dos Santos  
Escritor

clarindo5@hotmail.com

**E**xistem entre os seres vivos características imutáveis.

É sabido que as tartarugas retornam ao local em que viram a luz do dia pela primeira vez, logo depois de saírem do ovo, para cavarem e depositarem seus ovos, por razões ainda desconhecidas. Várias espécies de aves chamadas migratórias também têm procedimentos semelhantes. Pelo sim ou pelo não, pude observar que, no nosso caso particular, ocorre um fenômeno similar, naturalmente, salvando-se as devidas proporções.

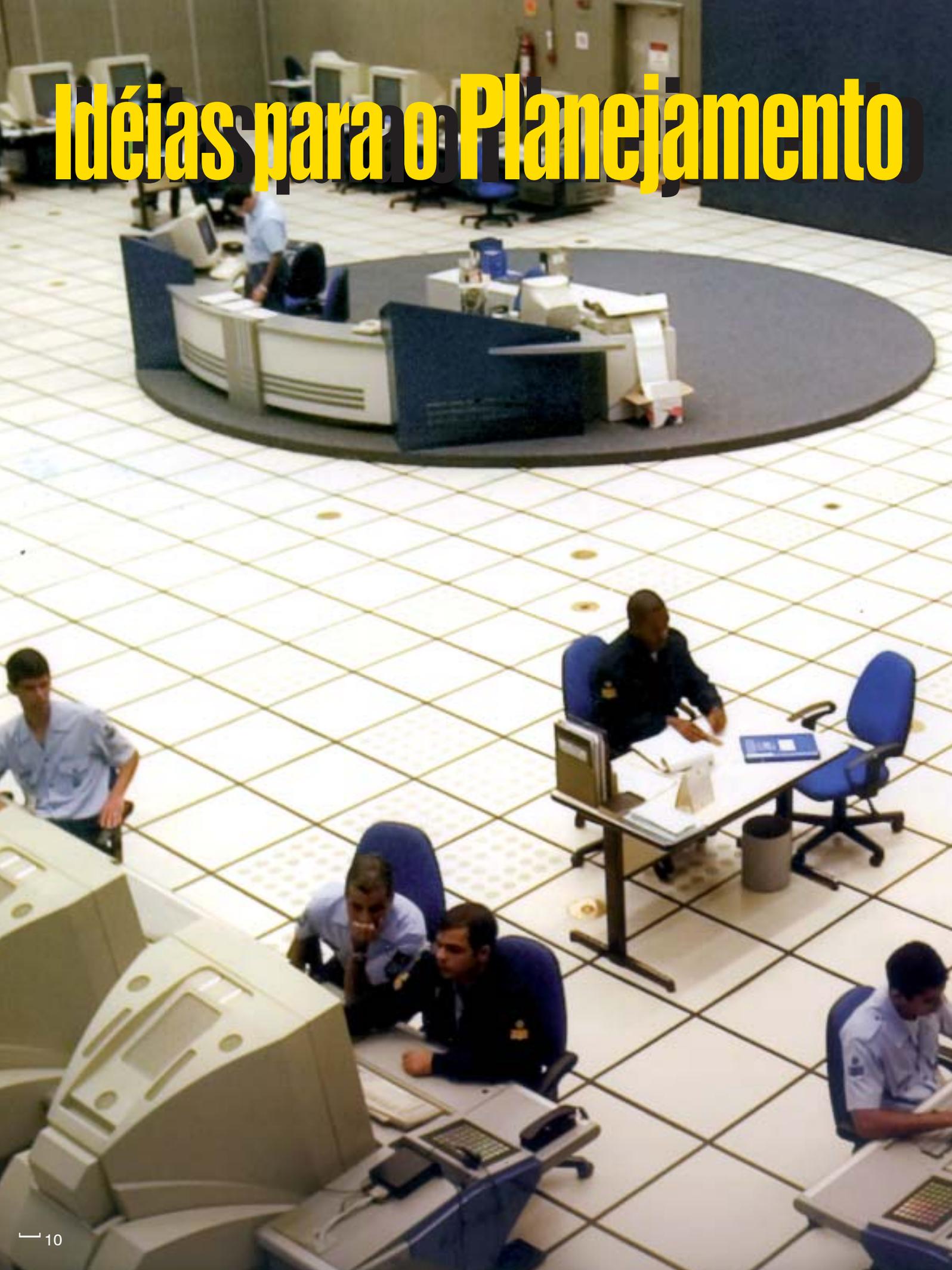
Durante os anos cinqüenta, quando imperavam o PT-19 e o T-21, um cadete

solo que visse seu nome no quadro da Esquadrilha, escalado para “SAQUAREMA”, já se considerava bem na carreira. Era a primeira viagem, e ela ocorria em circunstâncias aprazíveis. Os cadetes mineiros, os paulistas do interior e muitos outros de regiões centrais desse nosso imenso Brasil encantavam-se com a beleza do litoral da chamada Região dos Lagos, visual que, fatalmente, foi fixado em muitas retinas. Hoje, um considerável número de oficiais-aviadores têm casa naquela cidade praiana.

Situada no bairro de Figueira, lugar geométrico entre Saquarema e Cabo Frio,

nasceu a nossa Sede Lacustre, a qual justifica os porquês de uma **Região** chamada “**dos Lagos**”. O local, apesar de modesto, possui toda a infra-estrutura necessária ao atendimento dos sócios da nossa Família Fabiana e, para gáudio de todos, em conseqüência de bem sucedida ação do Departamento Aerodesportivo do Clube, acaba de ser inaugurada e homologada pista para pouso e decolagem dos ultraleves baseados na Sede da Barra. Seus pilotos poderão percorrer a mesma rota trilhada pelos “manicacas” dos anos cinqüenta, interligando pelo ar, as duas sedes filhas ■

# Idéias para o Planejamento



# Estratégico da Aviação Comercial do Brasil

Ten Brig Ar Mauro José Miranda Gandra  
maurogandra@terra.com.br

O modelo de gestão integrada de todas as vertentes da Aviação Civil brasileira, estabelecido pela visão estratégica de estadista do então Presidente Getúlio Vargas com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, prevaleceu até recentemente.

Com a criação do Ministério da Defesa em 1999, a passagem da INFRAERO à subordinação daquele Ministério e a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em 2005, em substituição ao Departamento de Aviação Civil (DAC), a organicidade que havia neste importante segmento estratégico da economia brasileira, em razão da gestão abrangente do Ministério da Aeronáutica sobre todos os setores da Aviação no Brasil, começou a ser afetada gradualmente.

A falta de interação entre os novos atores demonstrou uma frágil e ineficiente liderança do Ministério da Defesa. Uma das dificuldades foi o aumento do número de níveis de decisão acima do então DAC que, anteriormente, se resumia ao Ministério da Aeronáutica e ao Presidente da República.

Se a ANAC era a esperança de modernizar a Aviação Civil do Brasil como um todo, e não apenas a Aviação Comercial, tem-se percebido ênfase nos aspectos econômicos e financeiros, taxas de fiscalização e outorgas onerosas, objetivando o financiamento de suas despesas administrativas.

Parece, também, não estar sendo levada em consideração a formação, a reciclagem e o aperfeiçoamento do homem para integrá-lo à veloz e evolutiva tecnologia aeroespacial. Especial atenção deveria ser dada à formação de mecânicos e de engenheiros aeronáuticos, cujo contingente tem diminuído ao longo do tempo.

A ANAC, há mais de um ano e meio, iniciou os estudos para a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA, Lei nº 7.565, de 1986) que, só agora, estão sendo consolidados. Deverá chamar-se, provavelmente, Lei Geral da Aviação Civil. Acontece, porém, que a Lei Complementar nº 97 de 1999, que trata das normas gerais para a organização das Forças Armadas, em seu Art.18, mantém ainda, com o Comando da Aeronáutica, responsabilidades sobre a Aviação Civil, sendo para vários casos a Autoridade Aeronáutica, tendo em vista que são intervenientes algumas Organizações do Comando, tais como o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), o Centro de Prevenção e Investigação de Acidentes (CENIPA) e o Instituto de Fomento Industrial (IFI), além da INFRAERO, esta subordinada ao Ministério da Defesa.

A Lei nº 11.182, de 2005, exara, em contrapartida, ou dicotomicamente, que a ANAC deve atuar como autoridade de Aviação Civil. Este é, apenas, um dos exemplos de que a atual situa-

ção da legislação pertinente à Aviação Civil deve ser atualizada.

A INFRAERO, hoje empresa pública com 34 anos de tradição e serviços prestados à economia e ao turismo brasileiros, além de administrar os 67 principais aeroportos do País, é responsável por 81 unidades de navegação aérea e 32 terminais de logística de carga, movimentando cerca de 1,3 milhão de toneladas de carga/ano, número que deverá se multiplicar nos próximos anos.

Voltados para a exportação de itens manufaturados com inúmeras renúncias fiscais, já existe planejamento de instalação de Aeroportos Industriais, inicialmente no Galeão (RJ), Confins (MG) – já iniciada – São José dos Campos (SP), Petrolina (PE) e Campinas (SP).

Há, também, planejamento para ampliação e modernização no sistema aeroportuário de São Paulo: Congonhas, Marte, Guarulhos e Campinas, e ênfase especial aos acessos ferroviários a estes dois últimos (Expresso Aeroporto e Expresso Bandeirantes). Com o último, para Campinas, haverá todas as condições para que o terminal se transforme no grande *HUB* de passageiros e carga, prevendo-se que, em 2027 atingirá a notável marca de 80 milhões de passageiros/ano. Isso poderá ser confirmado com os cálculos atuais e sua projeção futura: cerca de 330 milhões de pessoas passarão pelos 67 principais aeroportos do País até ao final de 2007, dos quais, passageiros embarcados e desembarcados serão cerca de 110 milhões, considerando o aumento de 8,40% nos cinco primeiros meses de 2007.

Eis a lista de sugestões de prioridades para melhoria da infra-estrutura e dos serviços em alguns dos sistemas aeroportuários brasileiros.

a) Congonhas/Guarulhos/Marte/Campinas; b) Galeão/Santos-Dumont/Jacarepaguá; c) Brasília/Goiânia; d) Confins/Pampulha/Carlos Prates; e) Manaus/Ponta Pelada/Flores; f) Recife/Petrolina, g) Salvador; h) Porto Alegre; i) Curitiba/Bacacheri; j) Vitória.

Para o futuro, caso se queira optar por um processo de desestatização da INFRAERO, muito oportuno seria que fossem estabelecidas PPP's – Parcerias Público-Privadas, já que a abertura do capital se apresenta como a de maior dificuldade, seja pela criação de uma empresa de economia mista com mudança da legislação, seja porque o foco na segurança das operações estará sempre à frente da lucratividade, este o foco da iniciativa privada.

Já a concessão por módulos (um aeroporto superavitário e cinco deficitários, correspondendo ao espectro econômico da INFRAERO) independeria de mudança na legislação atual, devendo ser feita pelo menos por 30 anos, renováveis por mais 30, sendo que uma empresa, ou um consórcio, não poderia receber mais do que dois desses módulos.

### Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), órgão central do SISCEAB congrega inúmeros segmentos aeronáuticos especializados, sendo o principal subsistema, o SISDACTA – Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

Operacionalmente, o SISDACTA dispõe de treinamentos diferenciados para os operadores das áreas de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego, entretanto sob a mesma filosofia de gestão e integração dos suportes de Meteorologia, Comunicações, Telecomunicações, Auxílios à Navegação, Administração, Busca e Salvamento, Cartografia Aeronáutica e Inspeção em Vôo. É composto por quatro Centros Integrados – CINDACTA I, II, III e IV, (Brasília, Curitiba, Recife e Manaus), que correspondem às respectivas Zonas de Defesa Aérea. Integrado em um só organismo, evita a duplicação e o desperdício de recursos. Com racionalidade logística e operacional, foi concebido há mais de 30 anos. Tem, portanto, maior capacidade de reagir a casos como o do

lamentável atentado às torres gêmeas no EUA e, por isso, tem sido objeto de admiração, visitas e estudos de autoridades civis e militares de outros países. Utiliza mão-de-obra qualificada militar e civil, com balanceamento operacional para Tráfego Aéreo e para Defesa Aérea.

O Sistema dispõe de 5.877 equipamentos, sendo 174 radares que proporcionam uma cobertura muito maior do que a do *Eurocontrol* da Europa Ocidental.

Lamenta a Aeronáutica que os contingenciamentos de recursos do DECEA, assim como os relativos à INFRAERO, venham a impedir o emprego das taxas e tarifas pagas pelos usuários com objetivos específicos de uso na infra-estrutura aeronáutica, constituindo-se, até mesmo, em estelionato governamental, em face daqueles usuários que arcaram com o desembolso. Tais recursos permitiriam a aquisição e a modernização de um maior número de equipamentos dos CINDACTA.

Quanto aos recursos humanos, criar-se-ia um quadro de nível superior de controladores formados em convênio com universidades, e um quadro de oficiais controladores de vôo com carreira definida no oficialato, como já é intenção do Comando da Aeronáutica. Muitos dos atuais controladores, nos próximos cinco a dez anos, passarão a ter funções mais destacadas, como *Gerentes de Navegação Aérea*, após a entrada em funcionamento do Sistema CNS/ATM – Sistema de Comunicação, Navegação e Vigilância e de Gerenciamento de Tráfego Aéreo, baseado em constelações de satélites e dados digitalizados.

Para compensar a falta de controladores no presente momento, o Comando da Aeronáutica está formando 363 controladores em 2007; contratou 100 controladores que estavam na Reserva há menos de três anos; e deslocou cerca de 100 controladores da Defesa Aérea para a atividade de Tráfego Aéreo.

O DECEA tem informado que, até 2009, o número ideal de controladores para o sistema terá sido atingido ■

# EXPRESSCRED

## EMPRÉSTIMOS

SERVIDORES: ESTADUAIS . MUNICIPAIS . FEDERAIS  
MILITARES: MARINHA . AERONÁUTICA . EXÉRCITO  
ATIVOS . INATIVOS . PENSIONISTAS

Com Express Cred seu Natal é **mais**  
mais crédito, mais oportunidade, mais presente, mais família  
mais amor, mais paz, mais e mais e mais **para você**

Operamos com os principais bancos  
com a menor taxa para você!



Consulte o seu brinde\*

### ATENÇÃO!

COMPRAMOS DÍVIDAS DOS BANCOS:  
BANCO DO BRASIL - BANCO REAL  
CAIXA ECONÔMICA - BANCO ITAÚ  
BANCO BMG - FAM FHE - POUPEX  
E OUTROS, CONSULTE!

- + Desconto fixo e mensal no contra cheque
- + Liberação rápida
- + Sem taxas extras
- + Segurança
- + Atendemos a todo Brasil

\*Ligue e consulte sobre brinde! Promoção por tempo limitado

WWW.EXPRESSCRED.NET

AV. N. 5Rª DE COPACABANA, 1.018 SL 505

ATENDEMOS EM DOMICÍLIO TEL: 2227.5003

# A (Frota da) está à

Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes  
consult-aero@veloxmail.com.br



# Força Aérea morte?

Recente declaração do Comandante da Aeronáutica, manifestada na Câmara dos Deputados e publicada na mídia, trouxe a público uma informação assustadora (?) que veio a desnudar – mais uma vez – a verdadeira situação do material de combate da Força Aérea Brasileira.

A referida mensagem, aborda o “sucateamento” a que foi submetida a FAB e que vai levá-la ao estado de **completa exaustão material** a partir do princípio da nova década.

Para a sociedade brasileira, a mensagem pode soar como assustadora (ou até mesmo alarmista), principalmente por estar sendo pronunciada por aquela autoridade. Entretanto, para os membros da Família Aeronáutica, nada de mais verdadeiro existe do que as palavras do Comandante. É uma realidade triste que – sem criar constrangimentos – é a pura verdade.

Essa deterioração material vem ocorrendo de longa data, e é inadiável enfrentá-la. Porém, é um processo inexoravelmente complexo: cabe analisá-lo sob a angulação técnica e com a especificidade que merece. Senão, vejamos.

## NA RENOVAÇÃO DAS FROTAS AÉREAS: OS PARÂMETROS INEXORÁVEIS

A definição de novos programas e projetos (aquisição e/ou revitalização-modernização) que se destinam ao uso militar, em que pese a sofisticação que

possa vir a ser a empregada para a aproximação ao problema, estará sempre eivada de projeções, estimativas, previsões e, principalmente, extrapolações.

Há que se manter sempre em mente a realidade do fato de que tal definição é feita para o material que entrará em serviço – seguramente – **uma** década após o esboço do delineamento preliminar; e de que, durante esse exercício mental, será feita uma incursão em territórios cujo avanço tecnológico pode apenas ser prognosticado, com dados disponíveis no dia: armas, táticas, aerodinâmica, motores, metalurgia e, até mesmo, a geopolítica e a geoestratégica. Com certeza, o único elemento imutável em toda a problemática é o fator humano e seu comportamento.

É fundamental, ainda, após expor os aspectos óbvios anteriores, aceitar como imutáveis certas regras estabelecidas com base na experiência no trato de problemas dessa natureza:

- O período normal de gestação para qualquer **novo** sistema de armas toma, no mínimo, cinco a sete anos. A esse tempo devem ser adicionados dois a três anos para que seja possível atingir o nível de **opera-**

**cionalidade total** com esse sistema: manutenção, adestramento e emprego;

- O processo de **envelhecimento** desse mesmo sistema de armas inicia-se **na data** em que seu emprego operacional atinge a abscissa máxima da curva de vida, mercê da rapidez do desenvolvimento tecnológico atingida pelos produtos militares. O que significa ainda dizer que há um recobrimento entre os períodos gestatório e geriátrico do projeto;

- As tentativas de revitalizar/modernizar os sistemas-de-armas “*em envelhecimento*” têm obtido resultados acima das expectativas. Essa modernização abrange, normalmente, os campos da aereoelétrica embarcada, da aviônica, do armamento e da motorização;

- Com o recobrimento das diversas fases do projeto (idealização, concepção, delineamento, especificação, desenvolvimento, industrialização, emprego operacional, obsolescência e mortalidade) fica tacitamente aceito que qualquer sistema de armas tem duração de **vida atualizada** de, no máximo, cerca de **10 anos**, dos 30 anos que normalmente permanece com vida útil, cabendo cerca de dois a quatro anos de infância/juventude e três a cinco anos de envelhecimento/mortalidade;

- O processo financeiro de apoio ao reequipamento das Forças Aéreas (e Armadas, em geral), em função da periodicidade acima, assume um aspecto gigantesco e assustador, e dificilmente será aceito e compreendido pelas autoridades de Governo (principalmente de planejamento

orçamentário). E até mesmo pela própria sociedade, principalmente após a cessação da bipolaridade do poder mundial e o acendimento da interminável (e tola) discussão sobre o **porquê** da existência das Forças Armadas... Apesar da incongruência do processo, seu determinismo é irrefutável: planejando antecipadamente, é penoso. Não planejando, o processo de reequipamento é doloroso e, muitas vezes, de efeitos catastróficos...

● As projeções, estimativas, previsões e extrapolações mal feitas, ou incompletas, são a semente geradora da obsolescência mais rápida para qualquer sistema-de-armas. Cumpre, pois, manter os Estados-Maiores dotados da melhor equipe de planejamento estratégico possível com plena visibilidade do futuro, criatividade e conhecimento técnico-profissional.

## A GRANDE QUESTÃO: ADQUIRIR OU MODERNIZAR

Os dias em que uma Força Aérea (por maior que fosse) desativava seus aviões com alguns poucos anos e horas de serviço, em troca de novos modelos ou versões, já pertencem ao passado histórico.

Na realidade – e o mercado aí está para provar – é bem mais simples e fácil encontrar compradores para uma plataforma já provada em serviço (mesmo que seja recondicionada, modernizada e revitalizada) do que mobilizar sócios-usuários para compartilhar dos riscos de desenvolvimento e implantação de “*novas máquinas*”, ou mesmo dispostos a comprometer seus orçamentos para renovar suas frotas aéreas com aeronaves **novas**. Mesmo entre os países do Primeiro Mundo, são pouquíssimos que se dão ao luxo de implantar aviões **novos**... Aí pode estar a razão dos poucos programas multinacionais: Eurofighter, JSF etc.

Essa é, portanto, uma situação que não apenas os usuários/compradores enfrentam, como os próprios fabricantes/fornecedores. Acresce a tudo isso o fato de que, na medida em que o envelheci-

mento das aeronaves ocorre (e, por consequência, em função da redução da sua capacidade operacional), a inclinação natural da escolha recai sempre sobre um **novo** produto. Entretanto **novas** fórmulas normalmente custam fortunas, o que reduz (em certos casos, drasticamente) a quantidade numérica e/ou até mesmo impossibilita o lançamento do programa, mesmo para os países do Primeiro Mundo. Vide o AMX ítalo-brasileiro que até hoje não possui valor de custo...

Por essas e por outras razões, o mercado-comprador da Indústria Aeronáutica mundial tende de forma ponderável para a modernização/revitalização dos seus produtos (aviões e sistemas), o que compele o complexo industrial mundial a se organizar para atender a essa nova demanda.

Essa atitude mundial dos compradores provém, principalmente, da redução generalizada dos recursos orçamentários destinados aos Ministérios Militares, conjugada (dizem os políticos/economistas) com a redução (?) da **ameaça** em nível global. Além disso, os últimos conflitos permitiram o surgimento de uma idéia mestra baseada no sucesso dos “*velhos guerreiros ainda cheios de vigor*”... Não foram apenas os franceses que vieram para o cenário operacional com aeronaves sobejamente voadas (com mais de 20 anos de vida) e com capacidade operacional totalmente atualizada, como os MIRAGE 50, F-1 e Jaguar. Os americanos também operaram com seus F-15, A-6, F-111, A-10, modernizados etc., e os alemães levaram aos Esquadrões de Combate seus F-4 e Alpha Jet, e os ingleses seus Harrier, todos em plena capacidade operativa, a despeito da avançada idade e graças ao processo cirúrgico de rejuvenescimento que lhes foi aplicado.

Essa idéia mestra ganhou mais substância na medida em que a tese da revitalização/modernização arregimentou adeptos “*in-house*”, captando a simpatia da Engenharia e da Indústria local, que sempre é convidada a participar no processo. A meta seria reduzir custos (**nem** sempre

obtidos) e/ou transferir conhecimentos, além da “*massagem*” no ego da Engenharia nativa que – com programas dessa natureza – ganha “*foros de competência técnica/gerencial*” na visão da Indústria Aeronáutica/Espacial mundial e do seu próprio Governo. É a tão defendida (?) tese da “*capacitação do Parque Industrial Nacional*”. Quase sempre, uma falácia...

Em função dessa postura, e partindo da premissa de que os “*avionneurs*” pouco se interessam pelo processo industrial de “*up-grading*”, mesmo de seus produtos (já que essa atividade lhes “*rouba*” a possibilidade de vender produtos novos. Veja a EMBRAER), uma nova “*família industrial*” desponta no mercado mundial: plantas especializadas em serviços de “*transformação e cirurgia de sistemas/células*”. Aqui as indústrias de Israel, África do Sul, Cingapura etc. ganham um parágrafo especial...

Nesse panorama, não são os “*dobradores de chapa*” que levam o melhor bocado e, sim, os industriais de equipamentos e sistemas, já que as “*caixas-pretas*” envelhecem mais rapidamente que as células... E é nessa hora que os fornecedores de calculadores de tiro, visores, radares, sistemas de comunicações/navegação/ataque, telas multifunção e toda essa parafernália, são beneficiados. Mas, ao mesmo tempo, aparece um fantasma terrível que impõe elevado número de restrições ao processo: ele se denomina INTEGRACÃO DE SISTEMAS e que, em certo aspecto, ganha peso específico superior ao da modernização da célula propriamente dita, e que tem limitado o acesso de diversos pretendentes a esse cobijado e novo campo de atividade. O que pode vir a ser o problema da Indústria Aeronáutica brasileira... se já não o é! Veja novamente a EMBRAER, que teve que ceder enorme espaço à israelense ELBIT...

## A SITUAÇÃO BRASILEIRA: A FAB EM MORTALIDADE?

Como alocado pelo Comandante, **toda** a frota da FAB (aeronaves de com-

bate ou não) atingiu seu limite gerontológico, ou seja, a partir dos anos 2008/2010, praticamente **todas** as aeronaves em serviço estarão em obsolescência ou em desativação.

Independentemente da existência ou não de recursos, este é um fato que deve ser considerado **urgente** e que impõe a adoção de medidas emergenciais, e cujos resultados práticos (infelizmente) ocorrerão, somente a partir dos próximos 5/7 anos. O que significa dizer que as decisões tomadas **hoje** tomarão corpo a partir de 2012/2014.

Partindo da premissa de que inexistem recursos para **aquisições** de aeronaves **novas** e de que as modernizações/revitalizações, no momento financeiro atual, poderão vir a ser mais palatáveis do que aquisições e – ainda – de que a **quantidade** de programas dessa natureza, a serem disparados **ao mesmo tempo** (sem o que a FAB corre o risco de estar com a maioria de sua frota, “groundeada” no início dos anos 2010), parece ser imperioso **priorizar** e dar partida **imediate** ao processo. Assim mesmo, adotando o caminho de menor impacto financeiro, é fácil perceber que o montante dos programas de revitalização necessários, em curto prazo, ascende várias centenas de milhões de dólares, em uma época em que “recursos para prover a subsistência da própria tropa” são considerados insuficientes... (razão do “meio expediente” que tem sido praticado pela FAB). Imagina-se, agora, o surgimento do programa FX-2: “é vero?”...

Entretanto, qualquer que seja a opção, **ADQUIRIR/REVITALIZAR/MODERNIZAR**, o imprescindível é **sustar** imediatamente **a mortalidade** que está ameaçando **todo** o material aéreo de combate da FORÇA AÉREA! E, portanto, dela própria... Foi essa a mensagem do Comandante.

E, pior, morreremos todos nós, também!!!...

AVIADORES, ALERTA! ■

# A (Frota da) Força Aérea está à morte?



# *Oliveira Vianna*

An abstract painting featuring a complex composition of colors and textures. The palette includes earthy browns, vibrant reds, bright yellows, and stark whites. The brushwork is expressive and varied, with some areas showing thick, impasto-like applications of paint and others with more fluid, gestural strokes. The overall effect is one of dynamic energy and emotional intensity.

Antonio Paim

Filósofo, Pesquisador em  
Universidades no Brasil e em  
Portugal e Presidente do  
Conselho Acadêmico do  
Instituto de Humanidades

Araken  
Conversão  
1,40 x 1,80m  
2004

# e a Política

## As idéias de Oliveira Vianna e nossa Contemporânea História Política



Com a queda do Estado Novo, em 1945, a elite liberal comportou-se como se a única ameaça ao sistema democrático-constitucional viesse de Getúlio Vargas e de seus herdeiros políticos. Ignorou-se solenemente a prática autoritária da República Velha e a incapacidade do sistema representativo, como o concebemos, em lograr a estabilidade política, conforme se verificara nos anos trinta. De sorte que voltamos a repetir aquela experiência malograda: sistema eleitoral proporcional; partidos políticos formados em torno de personalidades, desprovidos de programas ou doutrinas; e prática das alianças de legenda, que permitia a formação de algumas grandes bancadas, no Parlamento, ao arrepio dos resultados proclamados nas urnas. Surgia de novo a evidência de que o sistema democrático era uma flor exótica inadaptável ao nosso clima. Essa velha tese, contudo, aparece em feição renovada, muito provavelmente devido às idéias de Oliveira Vianna ou, mais amplamente, do que Wanderley Guilherme chamou de autoritarismo instrumental. Agora não mais se exalta o autoritarismo contrapondo-o ao sistema representativo. Trata-se do instrumento adequado às reformas econômico-sociais que darão suporte ao pretendido sistema liberal. Foi o que se viu em relação à Revolução de 64.

A Revolução de 1964 se fez, segundo a parcela mais representativa de sua liderança, para impedir que o Presidente da República em exercício, João Goulart, fechasse o Congresso, postergasse as eleições e proclamasse o que então se denominava de “*república sindicalista*”,

espécie de socialismo caboclo que misturava fraseologia esquerdista e corrupção. A derrubada de Goulart facultaria a retomada do processo de exorcizar o fantasma de Getúlio Vargas da política brasileira, mediante a consolidação da Democracia. As eleições em 1965 consagraram a liderança e a vitória do então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que acrescera à pregação udenista tradicional (fidelidade aos princípios liberais, mas resumindo-os a fórmulas jurídicas, desatentas à problemática da representação) uma atuação governamental dinâmica. A vitória eleitoral de Lacerda permitiria afinal que a UDN chegasse ao poder com possibilidades efetivas de dar cumprimento ao seu programa. No ciclo anterior, a presença daquela agremiação no poder, além de efêmera, se fizera através de lideranças não plenamente identificadas com seu ideário (Governo Café Filho, da morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954 a novembro de 1955; e eleição de Jânio Quadros, que governou alguns meses de 1961, renunciando e provocando a crise que acabaria levando à derubada de Goulart em março de 1964).

Consumado o afastamento de Goulart, entretanto, a Revolução de 1964 encontra dinâmica própria. Aos poucos assume como tarefa primordial a modernização econômica do País, adiando para período cada vez mais dilatado a prática democrática. O primeiro período presidencial exercido em seu nome (Castelo Branco) acabou durando três anos, isto é, não se resumindo ao término do mandato de Jânio Quadros, transitoriamente transferido a Goulart. As eleições de 1965

foram mantidas, mas apenas para governos estaduais. À derrota governamental em importantes unidades da Federação seguiu-se a dissolução dos partidos políticos. Promulgou-se nova Constituição em 1967, virtualmente revogada pelo AI-5 (Ato Institucional número cinco), decretado em dezembro de 1968. A imprensa e os meios de comunicação foram submetidos ao controle oficial. Consagra-se o princípio da eleição indireta dos mandatários dos Executivos Federal e Estaduais. E assim emergiu plenamente nova forma de autoritarismo, insuspeitado quando da eclosão do movimento.

O novo surto autoritário não era certamente da mesma índole do Castilhismo. Este formulou-se na fase inicial da República, implantou-se firmemente no Rio Grande do Sul, e acabaria transplantado ao plano nacional por Getúlio Vargas. Vargas acresceria ao Castilhismo a dimensão modernizadora. De certa forma, a Revolução de 1964 incorpora essa dimensão modernizadora, mas está longe de pretender, como o Castilhismo getulista, constituir-se em alternativa para o sistema representativo. A Revolução de 1964 manteria o Parlamento, tolerando o crescimento da oposição. Ainda mais: assumindo o poder em 1974, o seu quarto mandatário, General Ernesto Geisel, que ocupara postos importantes no primeiro Governo (Castelo Branco), proclama que o projeto revolucionário não consiste apenas na modernização econômica em curso, devendo completar-se pela consolidação da Democracia. Ao fim de seu Governo (1978) revoga-se o AI-5. O novo Presidente (João Figueiredo) realiza a anistia e dá início à reforma partidária de 1980. A liberdade de imprensa é restaurada em sua plenitude, seguindo-se a aceitação das escolhas de um político civil (Tancredo Neves) para completar a denominada abertura política.

O ciclo de reencontro do Movimento de 1964 com a bandeira da plena instauração democrática – e que, naquela época, ainda se entendia como a eliminação do Getulismo e a vitória do Udenismo –

qualquer que seja o seu desfecho, demonstra que o autoritarismo do período 1964/1978 não se identifica com as formas tradicionais do autoritarismo brasileiro, as mais importantes das quais são o conservadorismo (ou tradicionalismo) católico e o castilhismo. Ambos correspondem a uma recusa do sistema representativo, além de que não acalentavam nenhum projeto de modernização econômica. Na matéria, a proposta mais expressiva correspondia ao corporativismo, que não deixava de ser uma recusa da sociedade industrial.

O projeto de modernização econômica gestou-se no seio do Estado Novo, foi retomado no segundo Governo Var-



gas (sobretudo através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de que resultaria a criação do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e apropriado pelo Governo Kubitschek (1956/1960), contando com a mais ferrenha oposição da UDN. Durante o período Jânio Quadros – João Goulart (1961/março de 1964) seria inteiramente abandonado, o que retira a possibilidade de considerar-se que a Revolução de 1964 a ele teria aderido por uma questão de inércia, já que não o encontrara em pleno curso. Tampouco se pode sugerir que a nova liderança militar, chegando ao poder, tivesse “descoberto” as verdades do Getulismo – e que, à época, eram muito mais do chamado “Pessedismo” que do braço trabalhista do mesmo Getulismo, agora sob a liderança de Goulart – e as limitações do Udenismo, que era afinal a sua verdadeira base de sustentação política.

Os rumos seguidos pela Revolução de 1964 são reveladores da presença de forças sociais poderosas, visceralmente

empenhadas na criação da sociedade industrial. O sucesso alcançado por esse projeto serve também para evidenciá-lo. Nesta oportunidade, não desejaríamos encaminhar nossa investigação no sentido da identificação de tais forças sociais – o que, de certa forma, vem sendo efetivado pelos estudiosos do Estado Patrimonial<sup>1</sup> – mas de sugerir que essa nova versão do autoritarismo tem antecedentes doutrinários no pensamento político brasileiro representado, sobretudo, pela obra de Oliveira Vianna.

Oliveira Vianna nunca formulou plataforma de industrialização do País como instrumento adequado à formação do mercado nacional único e de classes sociais diferenciadas, meio hábil, portanto, para a consecução do seu projeto de liquidação da sociedade clânica tradicional. Essa plataforma seria elaborada pela elite técnica, aglutinada em torno do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico nos anos cinquenta, que o Governo Jânio-Goulart não conseguiu extinguir, sendo ressuscitada pelo Ministro Roberto Campos no primeiro Governo da Revolução de 64. Contudo, a obra doutrinária de Oliveira Vianna, retomada pela Escola Superior de Guerra, dava foros teóricos à convicção sugerida pela prática do sistema representativo após 1945: não é possível realizar qualquer reforma no País se depender do Parlamento. Este guardara ciosamente em suas gavetas, naquele período, muitas leis consideradas essenciais. Assim, a minimização do papel do Congresso tornava-se requisito essencial para o desencadeamento do processo modernizador.

As doutrinas de Oliveira Vianna tinham a vantagem adicional de que não se resumiam a considerar o autoritarismo como forma ideal permanente, mas apenas expediente transitório. A experiência do Estado Novo comprovava que a manutenção por prazos indefinidos do governo autoritário tampouco assegura a estabilidade política.

As doutrinas de Oliveira Vianna tinham, entretanto, um defeito capital: a subestima-

ção dos institutos do sistema representativo, que no seu horizonte intelectual pareciam resumir-se à fracassada experiência brasileira. Por isto, do conjunto da pregação de Rui Barbosa retiraria apenas o reconhecimento do papel do Poder Judiciário na implantação e consolidação das liberdades civis (*Instituições políticas brasileiras*, Metodologia do Direito Público, capítulo XII). Eximiu-se da tarefa de criticar o liberalismo do período republicano à luz da própria doutrina liberal em sua evolução.

O que se perdeu na prática liberal brasileira foi a doutrina da representação de interesses. Se os interesses são diferenciados, não se trata de averiguar tecnocraticamente, de forma centralizada, que interesses (mais explicitamente: de que segmentos sociais) vamos erigir em *interesse nacional*. Isto só é possível mediante a livre disputa entre facções. Aos partidos políticos compete circunscrever a massa de interesses a reduzido número de vetores e, em

nome destes, disputar a preferência do eleitorado. No Brasil republicano, tudo se resume a Governo e Oposição. A força dessa dicotomia vem sendo plenamente ratificada, pelos percalços do período de abertura política subsequente à morte de Tancredo Neves. A Assembléia Constituinte não deu de fato qualquer passo efetivo no sentido de facilitar a aglutinação de nossas correntes de opinião em partidos políticos, recusando frontalmente o voto distrital, mantendo o sistema proporcional e criando toda sorte de facilidades à organização de agremiações políticas, nutrindo assim um fracionamento que serve apenas para sustentar a crônica instabilidade.

A missão da intelectualidade não é certamente sobrepor-se à classe política e alimentar ilusões quanto às virtualidades do iluminismo. O processo histórico tem seu curso qualquer que seja o vigor da intelectualidade respectiva. A circunstância não nos desobriga do esforço de recu-

perar as tradições culturais do País, buscando tornar inteligíveis as linhas segundo as quais se desenvolve o curso real. E, neste, a linhagem representada por Oliveira Vianna voltou certamente a ocupar lugar de primeiro plano. Cumpre, assim, reconhecer que se trata de tradição das mais fortes e arraigadas, remontando ao Marquês de Pombal. Corresponde, portanto, a uma das formas essenciais de nossa maneira de ser. Parecendo insuperável, nosso voto seria no sentido de que o afã modernizador se completasse pela incorporação plena do ideário do sistema representativo, desde que corresponde à maior realização da Humanidade no plano da convivência social ■

*<sup>1</sup> A versão mais importante das doutrinas que caracterizam o Estado brasileiro como Estado Patrimonial é devida a Simon Schwartzman, São Paulo e o Estado Nacional, São Paulo, Ditei, 1975.*



## Voar é preciso?



**Entenda o surgimento e a expansão da aviação no Brasil.**

**O desenvolvimento da aeronáutica no país contado através da história de vida e aventuras de um aviador pioneiro.**

EDITORA  
**CI** Arte

[www.comarte.com](http://www.comarte.com)

Tel: (31) 3491-2001  
[com.art@comartevirtual.com.br](mailto:com.art@comartevirtual.com.br)

# Amazônia:



## Generalidades

O Brasil é um País singular, em especial por sua população, preponderantemente cordial, generosa, alegre, miscigenada e acolhedora de povos de diversas origens. É a “*Nação do Sol*”, onde se encontra, em abundância, a trilogia para a existência da vida: ar, água e sol. E o exemplo superlativo é a Amazônia – o nosso grande desafio.

A Pan-Amazônia ocupa 1/10 da América do Sul e 3/5 do Brasil, que detém 60% de toda a sua extensão. A Amazônia brasileira possui seis grandes tesouros:

a) A população amazônida, mestiça, com “*stocks*” indígenas de inúmeras etnias;

b) A sua bacia potamográfica, um verdadeiro mar interior, o “*Mare Nostrum Brasileiro*”, sendo os principais rios, navegáveis por navios de qualquer calado;

c) A água doce de seus cursos d’água;

d) As jazidas de minérios, muitos deles, estratégicos;

e) A biodiversidade da floresta, com o maior banco genético do mundo;

f) A posição geoestratégica, eis que cortada pela linha do Equador, o que propicia o lançamento, em excelentes condições, de sondas, satélites, mísseis, foguetes e até de naves espaciais. Acrescente-se, por ilustração, que podem ser feitos lançamentos, a partir de plataformas navais, mesmo do interior da selva, utilizando-se do longo trecho do Rio Negro, próximo e paralelo à linha equatorial.

## A Fragilidade Militar Brasileira

Para uma eficaz defesa do território nacional e da costa marítima, rica em petróleo (a “*Amazônia Azul*”), o Brasil carece de FFAA compatíveis com a sua estatura político-estratégica. Porém, desafortunadamente, tal não ocorre e a situação deveras piorou. Nas últimas duas décadas, o Brasil, por vontade de seus gover-

# Defesa e Guarda

nantes e elites dirigentes, fragilizou-se quanto à expressão militar do Poder Nacional, renunciando à aspiração de ser, pelo menos, uma potência regional. Assim, aderimos, em 1995, ao “*Tratado dos Misseis*” – o MTCR – que podou a nossa capacidade de uso do aeroespço; sujeitamo-nos aos ditames da Convenção de Ottawa, de 1996, de proscição de minas terrestres e armadilhas; assinamos, em 1998, o Tratado de Não-Proliferao Nuclear – o TNP; abdicamos de nossa incipiente e pujante indústria de material bélico; retardamos o projeto do submarino a energia atômica; criamos, em 1999, o Ministério da Defesa, que só trouxe desprestígio e progressivo sucateamento às FFAA; assinamos, em 2000, com os EUA, o entreguista “*Acordo de Alcântara*”; e, atualmente, cogita-se da “*desmilitarização*” do controle do tráfego aéreo. E mais: criamos e demarcamos, em área contínua, descomunais Reservas Indígenas, tais como a lanomâmi (1991) e a Raposa Serra do Sol (2005), da qual querem, agora, expulsar brasileiros não-índios, para que se cumpram decisões da ONU, como a absurda Resolução (de 17 de setembro de 2007), aprovada pelo Brasil (!) e que confere um *status* de quase independência às “*nações indígenas*”, ficando proibidas operações militares nas terras dos índios... Tudo pode ser resumido em simples expressão: falta de patriotismo e de altivez. É que as elites pensantes brasileiras são, o mais das vezes, subservientes aos poderosos, vassalas do colonialismo econômico-cultural, como se sofressem do “*complexo de vira-lata*”, no dizer do saudoso Nelson Rodrigues.

## A Estratégia da Resistência

O Brasil possui 16.886km de fronteiras terrestres, dos quais 75% localizam-se em nossa cobiçada Amazônia, hoje infestada de ONG’s estrangeiras predado-

ras e espíãs. E é relevante assinalar que, em vizinhos países amazônicos, existem 20 (!) bases aéreas ou de radar dos EUA (as “*forward bases*”). Ora, se fosse concedida uma “*soberania limitada ou restrita*” àquele país, em Alcântara, como constava do vexatório Acordo, arquivado no Congresso – portanto, ainda insepulto – um cerco estratégico estaria formado na região... Em vista dessa assustadora realidade, urge guardar e defender a Hiléia Amazônica, preciosíssimo patrimônio legado por nossos indômitos avoengos, que não trepidaram em verter o seu generoso sangue, a fim de manter a sua integridade. Todavia, em face de tantos óbices, como o da proibição do uso de minas e armadilhas, as FFAA deparam-se com um dilema: como proceder para obstar veleidades de nação ou de coalizão de nações hegemônicas, atentatórias à soberania nacional na “*Amazônia Verde*”?

Da percuciente análise da História Militar, pode inferir-se que é possível a países militarmente inferiorizados resistirem a um incontrastável poderio bélico inimigo. Há exemplos disso, inclusive recentes, como o do Vietnã – contra franceses e norte-americanos, em quase vinte anos de guerra. Na Historiografia Militar brasileira, também são registradas memoráveis ações de Resistência, máxime na Insurreiçao Pernambucana, de 1630 a 1654.

A “*estratégia da resistência*” é uma estratégia de segurança nacional, de dissuasão, também conhecida como “*da lassidão, da usura, do cansaço ou do desgaste*”, e baseada em milenar ensinamento do chinês Sun Tzu: “*Se não podes vencer a guerra contra um inimigo muito mais forte, que, pelo menos, saibas não perdê-la*”. É imprescindível, pois, para o prolongamento de um conflito assimétrico, uma Vontade Nacional muito firme e forte, não se permitindo ao

resistente, sentar-se à mesa de negociações, após um êxito inicial do invasor.

A Resistência prevê atitudes defensivas, no campo estratégico, e ofensivas, no tático, com o objetivo de desgastar o inimigo, debilitando o seu moral, até levá-lo à capitulação. O confronto direto, convencional, deve ser evitado, e são empregadas, à larga, técnicas de guerra irregular, com a convicção inabalável de “*saber durar*”, sejam quais forem os sacrifícios de uma campanha prolongada, de Davi contra Golias, e que poderá se estender a outros Teatros de Operação.

O Exército, em 1994, iniciou estudos que resultaram na “*estratégia da resistência*”, com a indispensável participação das outras Forças Singulares. Destarte, estabeleceu-se uma doutrina (“*Gama-Resistência*”), com previsão de combates na selva, a qual não pode ser cedida ao agressor. Aduza-se que o Comando Militar da Amazônia conta com a melhor Escola para guerra em ambiente de floresta tropical, o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Simpósios acerca do assunto vêm, sistematicamente, sendo realizados, sendo que o primeiro deles ocorreu em 1995, na cidade de Manaus. No ano de 2004, um grupo de oficiais do Exército estagiou no Vietnã, onde hauriu fundamentais ensinamentos.

Por derradeiro, à guisa de **Conclusão**, quando tanto se fala em internacionalização da Amazônia, assunto minimizado por vendilhões da Pátria, os quais já disseram ser “*um mero delírio de nacionalisteiros paranóicos*”, lembremo-nos do Barão do Rio Branco. Por ocasião da “*Questão de Palmas*”, ele respondeu, com altivez, ao plenipotenciário argentino:

– Senhor, um palmo de terra que seja, em sendo brasileiro, deve ser defendido, pelos brasileiros, a ferro, a fogo e a sangue.

Quanta saudade do Barão... ■



Governo brasileiro deu um golpe no Brasil ao assinar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em setembro de 2007, na Assembléia Geral, sem que a população e as instituições públicas e privadas soubessem o conteúdo da decisão. Não houve qualquer debate. O Brasil foi pego de surpresa. Foi um golpe do Brasil contra o Brasil. A ONU visava também os EUA, que não assinou. A ONU infiltrou um gigantesco Cavalo de Tróia com o apoio e o incentivo do Governo Federal. A traição à Pátria está caracterizada por um conjunto de artigos da Declaração que, simplesmente, entregam o Brasil aos interesses estrangeiros, sob o pretexto de defesa dos direitos humanos dos povos indígenas. É justo defender os direitos indígenas, mas não é justo usar maliciosamente os povos indígenas para outros objetivos, o que é contradizer a própria Declaração.

Cientificamente, o nosso DNA é indígena também. Temos, pois, o direito à antropofagia de Oswald de Andrade, segundo a qual “só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente”. Aos traidores, um banquete antropofágico. Parafraseando o poeta Manuel Bandeira, que em 1928, na “Revista de Antropofagia”, propôs com muito humor que se “jantasse” o crítico de música do “Jornal do Brasil”, eu proporia que “jantássemos” o Presidente Lula, nos mesmos termos de Manuel Bandeira: “Antropófagos, eu proponho a deglutição imediata do Presidente Lula! Verdade que a carne é dura. Mas pode-se entregar o pior pedaço ao tirano Hugo Chávez, que tem bons dentes, ar feroz e excelente estômago”. Estaria coerente com o espírito dos antropófagos em 1928: “Nós somos contra os fascistas de qualquer espécie e contra os bolchevistas também de qualquer espécie”.

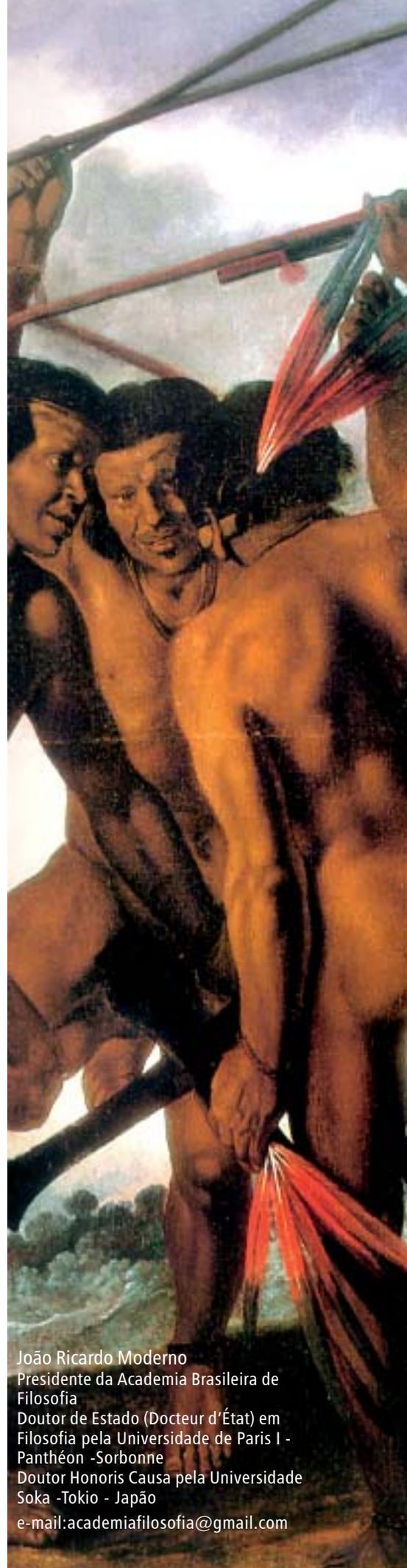
A Declaração enfatiza sistematicamente a livre determinação dos povos indígenas sobre as suas terras, territórios e riquezas ou recursos naturais. O Artigo 32 afirma que “os povos indígenas **têm direito** a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou a utilização das suas terras ou territórios e outros recursos”. Para tal, ela exige a total desmilitarização das terras e territórios, como está no Artigo 30. Certamente, essa autodeterminação já vem sendo trabalhada de maneira precursora pelas ONG’s internacionais, que já orientaram as tribos quanto às prioridades e estratégias.

O Artigo 4º autoriza “a dispor dos meios de financiar” a “autonomia ou o autogoverno”, o que abre as negociações diretas com as potências estrangeiras, tendo como mediadoras as ONG’s, que lá já estavam há muitos anos, financiadas pelas mesmas potências à espera da Declaração da ONU. Tudo muito bem articulado. No Artigo 9º, lê-se que “os povos e as pessoas indígenas têm direito de pertencer a uma comunidade ou nação indígena, em conformidade com as tradições e costumes da comunidade ou nação de que se trate. Não pode haver nenhuma discriminação de nenhum tipo do exercício desse direito”. Há muitas práticas indígenas que são absolutamente incompatíveis com a civilização, e típicas da barbárie. Aceitar toda e qualquer prática pode significar aceitar o canibalismo, o genocídio, torturas, assassinatos sumários, a violência contra a mulher etc. É a institucionalização da regressão ao primitivismo. Assar os comissários e signatários da ONU em um gigantesco banquete não seria condenável.

Todas as terras indígenas foram conquistadas ao longo dos milênios por meio do genocídio. Os povos indígenas de hoje são os últimos vencedores da prática milenar de extermínio. As pesquisas de Maria Beltrão revelam que mesmo no estado do Rio de Janeiro temos presença humana comprovada de cerca de dois milhões de anos.

Vê-se que é uma rua sem saída. Somente o último Artigo, o 46, menciona que a Declaração “não fomenta a perda total ou parcial da integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes”.

Quem acredita? ■



João Ricardo Moderno  
Presidente da Academia Brasileira de Filosofia  
Doutor de Estado (Docteur d'État) em Filosofia pela Universidade de Paris I - Panthéon - Sorbonne  
Doutor Honoris Causa pela Universidade Soka -Tokio - Japão  
e-mail:academiafilosofia@gmail.com



**ONU:**  
**BRASIL**  
**CONTRA O**  
**BRASIL**

Albert Eckhout  
Dança dos Tapuias

# AMÉRICA LATINA

## OS SETE CAPÍTULOS

**A** História da relação entre os Estados Unidos e a América Latina possui sete capítulos bem definidos.

O primeiro deles diz respeito à esfera de influência gerada em 1822, com a promulgação da Doutrina Monroe. Esta explicitava claramente que as nações hispano-americanas que emergiam à independência constituíam território vedado aos apetites imperiais europeus e, por extensão, passavam a constituir espaço natural de influência norte-americana.

O segundo capítulo é o do Destino Manifesto. A guerra de 1848 contra o México, no tempo do Presidente James K. Polk, objetivou anexar territórios mexicanos considerados como indispensáveis para a realização de seu destino como nação. A pos-

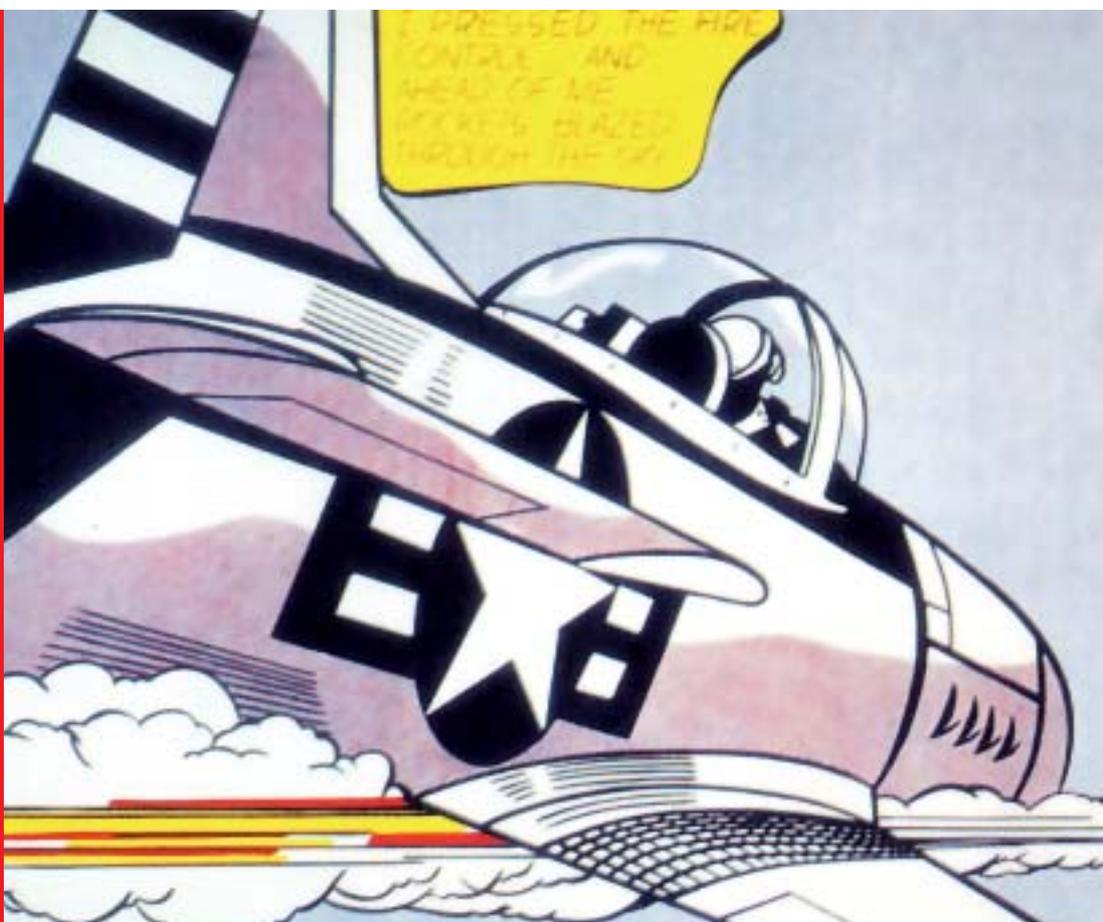
se da Califórnia e do Novo México consubstancia efetivamente essa etapa.

O terceiro é o do Império. Este toma corpo a partir de 1898 com a guerra contra a Espanha e a conquista de seus territórios coloniais remanescentes, em adição às Filipinas. Isto incluía Cuba e Porto Rico. O novo império estadunidense passou então a dispor de dois cenários: um no Pacífico e outro na Bacia do Caribe. Em 1903, Washington propiciou a secessão do Panamá da Colômbia, para incorporá-lo como Protetorado. No curso das três décadas seguintes, os Estados Unidos invadiram trinta e quatro vezes nações da Bacia do Caribe para impor a elas a sua vontade. Isso incluiu a ocupação dos seguintes países: México, Honduras,

Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, Haiti, Cuba, Panamá e República Dominicana. Apesar de a Venezuela – país de importância estratégica devido à riqueza petrolífera – não ter chegado a ser invadida, caiu dentro desse espaço geopolítico em virtude do chamado Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, que transformou o Mar do Caribe num *Mare Nostrum* das finanças e da esquadra americana, dando ordenamento jurídico às futuras intervenções. Mais ao sul, os tentáculos de Washington enfrentaram a forte presença britânica em matéria comercial, financeira e de infra-estrutura, determinando limites à sua penetração imperial.

O quarto capítulo corresponde à Política da Boa Vizinhança, iniciada em 1933

Roy Lichtenstein  
Waam  
1963,  
173 x 406cm



# — EUA:

Manuel Cambeses Júnior  
Cel Av  
Conferencista Especial da Escola Superior de Guerra;  
Membro Titular do Instituto de Geografia e  
História Militar do Brasil e Vice-Diretor do INCAER.  
pilot\_hercules@yahoo.com.br

## DE UMA CONTURBADA RELAÇÃO

com a chegada ao poder de Franklin Delano Roosevelt. De acordo com a mesma, Washington retira suas forças de ocupação do Caribe, derroga uma série de tratados que lhe concediam privilégios desmesurados e define uma política de não intervenção na América Latina. Esta fase é o resultado de três significativos fatores: a exigência de introspecção derivada de sua depressão econômica, a constatação dos limites de seu poder militar após uma longa e cansativa campanha contra Sandino, na Nicarágua, e o reconhecimento do forte movimento nacionalista latino-americano, simbolizado pela Revolução Mexicana.

O quinto capítulo é o da Guerra Fria. Terminada a Segunda Guerra Mundial e

conformado um mundo bipolar, a América Latina se transformou em cenário primordial para a imposição de suas políticas. Novamente se definiu uma relação do tipo imperial, que passou a abarcar toda a região. A criação da CIA, em 1947, se adequou bem a esse propósito. Até a invasão do Panamá, em 1989, e, salvos pelo breve parêntese da administração Jimmy Carter, quase todos os países da América Latina experimentaram, em algum momento, a mão implacável do Governo estadunidense.

O sexto, é o do Consenso de Washington. Terminada a Guerra Fria, os Estados Unidos colocaram em segundo plano o seu domínio imperial, que passa a ser substituído pelo exercício da hege-

monia econômica. A partir daí, a região passou a ser o laboratório ideal para encetar as novas políticas.

Com a chegada de George W. Bush ao poder, e após os atentados de 11 de setembro, levados a efeito em Washington e Nova York, adentra-se no sétimo e último capítulo. Os falcões estadunidenses não se conformando com a simples adoção da hegemonia econômica passam a exigir o retorno de um poder coercitivo imperial assumido às escâncaras. Trata-se do denominado “*Imperialismo Democrático*”.

A recente invasão perpetrada ao Iraque, pelas tropas da coalizão anglo-estadunidense, ao arripio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é um exemplo incontestado dessa afirmativa ■



# Unidade da Federação

**1** O problema da Unidade da nação brasileira permanece, ao longo de sua formação histórica, ou seja, desde o modo de pensar as fronteiras, frente à organização ou confronto com os povos de origem castelhana.

**2** No princípio a atuação política da Monarquia portuguesa delimitou os precários limites do que seria a sua ambição de criar, em novo solo, uma nova civilização.

**3** Com as fronteiras mais ou menos estabelecidas, com as incursões de expansão do sistema econômico, Entradas e Bandeiras, cria-se a necessidade de garantir a porção de terra conquistada.

**4** Foi necessária a criação de fortificações no litoral e no interlande, afastando a possibilidade de intervenção das populações vizinhas na quebra da Unidade territorial que se formava.

**5** Formava-se a América Portuguesa em confronto com a América Castelhana. A consciência histórica de sua existência como Monarquia distinta do restante da Espanha dava a Portugal a experiência suficiente para construir no novo solo uma Unidade política que teria o caráter da permanência.

**6** Povoado e desenvolvido o novo sistema de uma política ancorada na tradição, fixava-se nos trópicos algo diferenciado da velha Europa, que continha uma população pulverizada, e o que aqui se procurava era exatamente o contrário, ou seja, a unificação dos povos que viessem a se estabelecer.

**7** Guerras vieram para contradizer o projeto português, e também com o desenrolar da História, movimentos internos, mas a decisão política forte manteve a Unidade territorial e lingüística bem como o modo de ser do brasileiro, adaptado ao trópico.

**8** Com a emancipação política, a vontade portuguesa permaneceu com a continuidade da Monarquia e a Unidade política com um Estado Unitário Centralizado.

**9** Com a implantação do regime republicano, a organização federativa manteve o laço conforme os fundamentos para manutenção da Unidade contendo a pluralidade.

**10** Com os grandes movimentos de idéias do primeiro quartel do século XX, tornou-se necessário dar mais garantias à Unidade federativa e aparece o Conceito de Integração.

**11** Para selar e aprofundar o conceito, é posto na Carta Constitucional, de 10 de novembro de 1937, o Artigo 122, que estabelece a Pena de morte para aqueles que atentarem contra a integridade da Pátria.

**12** Da Constituição de 12 de setembro de 1946 em diante é abolida a pena de morte em seu artigo 141, § 31. Então, para os casos prescritos na Constituição de 1937 seria necessário, a fim de garantir a Unidade como questão moral fundamental, fazer uma interpretação de tal necessidade.

**13** No Livro “*Do Regimento Democrático*”, de João Arruda, publicado em 1927, a questão da Soberania é conceituada de acordo com a Democracia Moderna, seguindo seu natural desenvolvimento histórico ao dizer: “*para Aristóteles, o caráter próprio do Estado, o que o distingue dos demais grupos humanos é a autarquia*”.

**14** Prossequindo, diz João Arruda: “*não havia, no tempo do Estagirita, a noção de Soberania, mas a de suficiência do Estado, que não dependia de outros para sua existência*”.

**15** O Estado, ou seja, todo aparato político de condução da sociedade, definia-se como Soberania e, esta, encarnava-se na pessoa do soberano, titular de direito hereditário. “*O Estado sou eu*”, dizia Luiz XIV.

**16** A Soberania vai, ao longo da História, tomando outras definições conforme o aperfeiçoamento do aparato político na sociedade. Já com os regimes constitucionais modernos, o conceito vai ser estendido ao se colocar a questão Soberania e Autoridade, entre poder e chefia do Estado. Daí a máxima *Vox populi, Vox Dei*, onde entende-se que povo que constitui a nação é detentora da Soberania.

**17** Como nas Democracias o poder do povo é delegado a seus representantes, a garantia desta prerrogativa é assumida pelos detentores do poder e, para tanto, necessário se faz a exigência maior de tal garantia por meio do sistema de defesa.

# Brasileira

# e o Conceito de Soberania

Prof. Dr. Francisco Martins de Souza  
Membro da Academia Brasileira de Filosofia  
e do Instituto Brasileiro de Filosofia

**18** A delegação deve ser exercida por um tempo mínimo para que seja avaliado o desempenho dos detentores de tal prerrogativa.

**19** No liberalismo democrático é substituída a questão da Soberania popular pela Soberania nacional, pois esta reside no povo, mas dentro de um ordenamento jurídico, o estado de Direito.

**20** O fim da boa organização política será sempre conduzido pela História, onde será desvelado o que a dimensão humana será capaz de produzir.

**21** O conjunto do poder político terá que ser sempre avaliado, pois os representantes podem desviar a delegação à qual foram confiados os interesses representados e torná-los, abusivamente, seus, como se o poder lhes pertencesse.

**22** A Unidade da Federação Brasileira que se apresenta na História, sempre com o conceito de permanência conforme foi constituída, deverá atentar para sua própria defesa. “*O preço da liberdade é a eterna vigilância*”: atentar sempre para o seu Destino Manifesto ■



# FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

Pós-Graduação • MBA • Cursos Especiais



## Desenvolvidos especialmente para atender necessidades específicas de militares.

Desde 2004, já passaram pelos cursos desenvolvidos para militares aproximadamente 400 alunos da Marinha, Exército e Aeronáutica. Além das aulas teóricas, também são ministradas aulas práticas com estudo de casos, exercícios, simulações e visitas técnicas.

Na cidade de Pirassununga, um importante curso realizado entre 2004 e 2006 foi o da AFA – Academia da Força Aérea. Com titulação de MBA na área administrativa, qualificou 50 professores dessa renomada Instituição de Ensino.

Em São José dos Campos, FAAP e EMBRAER mantêm estreitos laços desde 2003, com a participação de vários de seus profissionais nos cursos de Pós-Graduação e MBA oferecidos pela Fundação.

Com esta trajetória, a FAAP consolida-se como referência no ensino voltado para atender demandas específicas das áreas militares.

# FAAP

[www.faap.br](http://www.faap.br)

# VERDADE



Araken Hipólito da Costa  
Cel Av  
Editor Revista Aeronáutica

# ATUALIDADE

Na atualidade, têm prevalecido em nossa sociedade o individualismo, o consumismo desenfreado, o ateísmo e os escândalos de ordem moral. Diante desta constatação, cabe a cada um de nós fazer uma boa reflexão sobre como o Homem poderia se contrapor, com fundamentos lógicos, a estas questões.

No campo filosófico, desde o seu alvorecer, Sócrates (470-399 a.C.) combateu os sofistas, que ensinavam os meios de compor a verdade com um discurso forte e bem engendrado. De modo correlato a Sócrates, Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.) deram continuidade ao estudo aprofundado da verdade, tema, aliás, essencial à Filosofia, uma vez que, sem a verdade, não se produz o conhecimento. Na modernidade, a tentativa que predominou foi a de relativizá-la para atingir interesses subjetivos.

No campo teológico, o Cristianismo afirma Jesus Cristo, “o caminho, a verdade e a vida”, ao mesmo tempo como o “conteúdo” e o “anunciador” da verdade, aquele que veio revelar-se e, a partir dessa revelação, apresentar aos Homens, aos filhos de Deus, a face do próprio Deus, isto é, daquele que é a suprema perfeição, o nosso fim último.

No entanto, no discurso contemporâneo, a temática “Deus” desapareceu do debate filosófico, o qual se tem limitado a tratar apenas do Homem. O respeito às tradições religiosas mostra-se apenas aparente. A fé e as religiões têm como finalidade, segundo a crítica atual, apenas objetivos políticos.

Lembremos, no entanto, das palavras de Santo Tomás de Aquino (1225-1274) que, quando realizou o amálgama entre a Filosofia e a Teologia, unindo razão e fé, afirmou: “se resolvermos os problemas da fé pela via única da autoridade, possuiremos, sem dúvida alguma, a verdade, mas numa mente vazia”.

A Arte, por sua vez, também investiga a questão da verdade, utilizando como instrumento a sensibilidade. Esta procura atingir a sociedade, ao permitir captar da realidade a beleza e materializá-la. Como escreve o Papa João Paulo II na Carta aos Artistas, “a Arte é o esplendor da verdade”, ou seja, o que é verdadeiro é necessariamente belo. Um ponto marcante nas Artes Plásticas aconteceu com o artista francês Marcel Duchamp (1887-1968), ao colocar de cabeça para baixo um utensílio industrial – mais precisamente um mictório de banheiro masculino – numa exposição de Arte. A mensagem, contudo, é clara: “será que uma coisa qualquer colocada numa Galeria de Arte é Arte?” Se for, parece evidente que, na atualidade, basta um bom *marketing* e está feita a Obra de Arte! Ou, segundo o nosso tema, está “pronta” a verdade.

Entretanto, é exatamente a isso que devemos reagir. Como uma sociedade pode ser tão bombardeada pela publicidade e aceitar a “fabricação” de artistas, escritores, médicos, políticos etc.? No campo político, será que estamos elegendo para presidente, para senador, para deputado e para outros cargos públicos, homens que sejam realmente representantes da verdade, dos valores morais?

Para responder a estas indagações, o Homem, somente ele, único ser da face da Terra dotado de liberdade, deve saber escolher seu *caminho*, fundamentando-o na *verdade*, para, assim, dignificar a sua *vida* e a do seu próximo ■

# Uma autocrítica pós-Socialismo Real

Carlos Ilich Santos Azambuja  
Historiador

“**D**efinitivamente, os modelos de militância que marcaram os setores mais radicais da esquerda por cerca de 70 anos se esgotaram. Figuras como ‘o bolchevique, o agitador anarquista, o guerrilheiro urbano, o soldado-partido’, não mais existirão, pois as regras que regulavam o funcionamento dos coletivos que constituíam essas figuras jurásicas foram derrubadas. Uma dessas regras, a fundamental, foi aquela que a Rainha Vermelha, do livro ‘Alice no País das Maravilhas’, bradava: ‘Primeiro a sentença; depois o veredicto!’”

(Carlos Ilich Santos Azambuja)

Após o desmoronamento do socialismo real, muitas foram as autocríticas de militantes que perderam o rumo. Reconheça-se, no entanto, que alguns persistem. Uns sugerem um retorno a Marx. Outros afirmam que a culpa foi de Stalin, que distorceu Marx e Lênin.

Entre estes últimos, há também aqueles que, embora sem deixar de acreditar na utopia, fizeram uma autocrítica, como o “*kamarada*” que escreveu o texto abaixo, culpando não a doutrina científica, mas os que não souberam colocá-la em prática:

“A derrota da Frente Sandinista, em 1990, nas eleições presidenciais na Nicarágua demonstra que, sem paz e pão, não se pode esperar que o povo reconheça na esquerda a sua vanguarda.

De fato, é a esquerda que, histórica e teoricamente, se tem autodenominado vanguarda, termo pomposo que dá a quem o pronuncia a ilusão de comando. Não fossem tão pretensiosos talvez preferissem considerar-se retaguarda.

Ora, como poderia o povo rejeitar, pelo voto livre e secreto, a sua vanguarda, e escolher a candidata do imperialismo, se a teoria determina que os trabalhadores no poder não podem cometer suicídio de classe? Pode-se resolver o enigma admitindo-se que a teoria está certa, o povo é que anda errado...

O antigo militante, companheiro de lutas e mutirões, virou dirigente e, logo, ocupante de um cargo de destaque na estrutura de poder. Enquanto os jovens partiam para a frente de combate, e as mulheres perdiam o alento diante da acelerada desvalorização do córdoba e do crescente aumento dos preços, alguns dirigentes viviam em condições privilegiadas, distantes do trabalho de base e da população.

Se a Nicarágua sandinista fracassou por culpa do imperialismo, o mesmo não se pode dizer a respeito do socialismo europeu. Não houve agressão militar e nem o espectro da fome rondou os lares. Foi a própria população que, saturada da burocracia e fascinada pelo consumismo neoliberal, deu um basta naquele modelo político imposto em

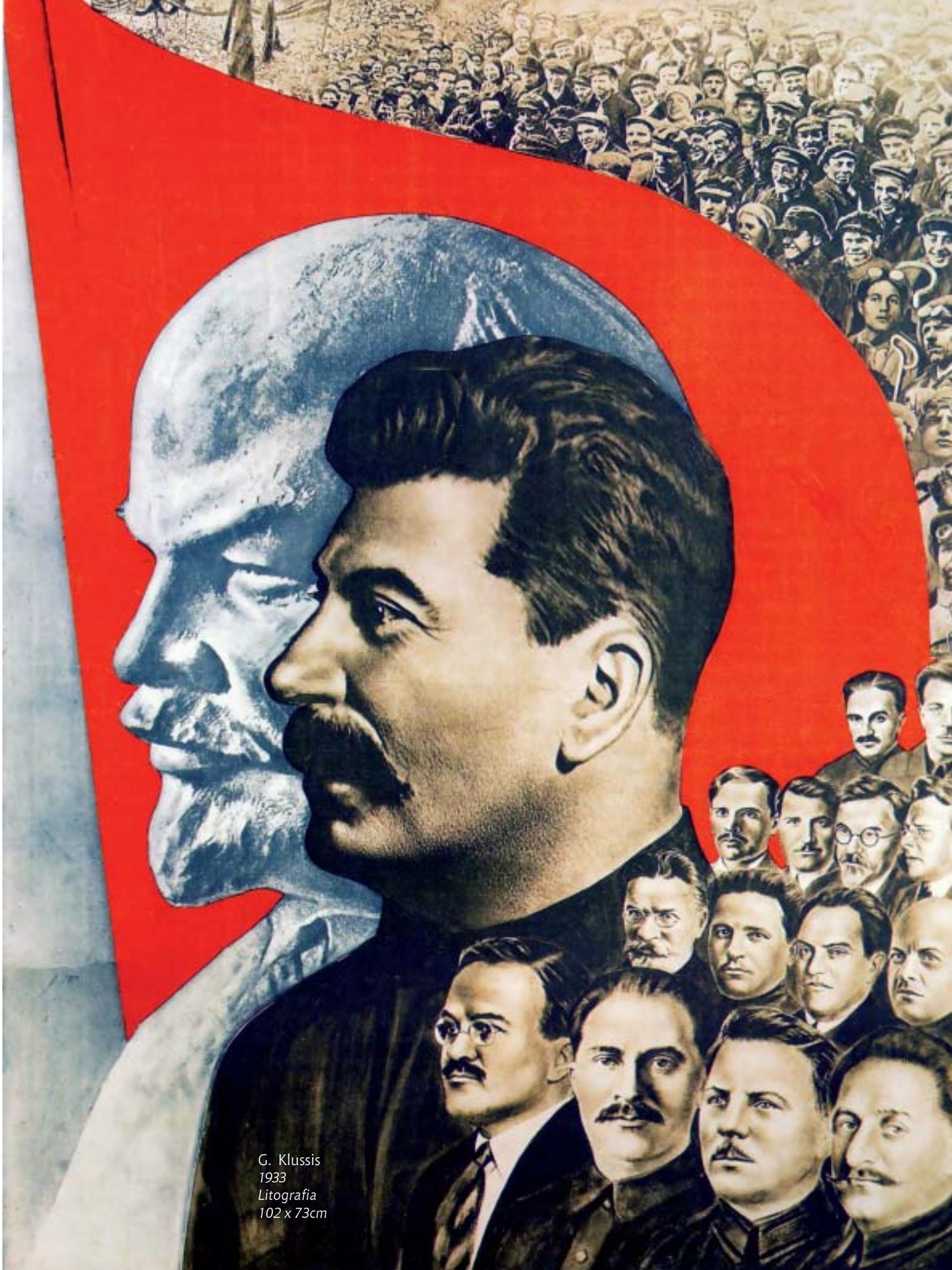
decorrência da partilha da Europa, ocorrida no fim da Segunda Guerra. Onde imperava a ditadura do partido, o povo exigiu democracia; onde se impunha severo controle ideológico, sob aparato policial, o povo pediu liberdade.

A desintegração da União Soviética, por sua vez, deixou a nu o socialismo cubano. Em 30 anos, a Revolução não logrou criar uma infra-estrutura mínima de auto-sustentação. A dependência entranhou-se nas próprias estruturas do Estado. E, a exemplo do que ocorreu na Nicarágua, as fronteiras entre o Estado e o Partido perderam nitidez.

Não é nada fácil resistir quando se defronta com um ‘apartheid’ turístico, pelo qual os estrangeiros têm acesso aos mais sofisticados bens de consumo e aos melhores espaços de lazer da ilha, enquanto a população carece de sabão e enfrenta filas intermináveis para comprar um simples sorvete.

Só haverá socialismo se houver socialistas revolucionários. E estes só terão êxito se fortalecerem a organização popular.”

A matéria acima não é um relatório da CIA e também não é um texto escrito por exilados cubanos em Miami. Foi escrito por Frei Betto. Está nas páginas 409 a 413 de seu livro “*O Paraíso Perdido*”, Editora Geração Editorial, 1993 ■



G. Klussis  
1933  
Litografia  
102 x 73cm

# Os Asas

Brasil, país de paz, abriga um povo de índole tranqüila, simples, cuja maior ambição é ser feliz. Alguns brasileiros, atualmente não poucos, contrariam tais virtudes e se apropriam deste lugar, representativo do poder político e buscam alcançar êxito para seus utópicos e egóicos idealismos, com êxito, infelizmente.

Por meio deste breve artigo, vamos viajar, retornar ao tempo dos *Asas Brancas*, tempo esse de Guerra, quando jovens valorosos brasileiros, que sonhavam voar, foram solicitados do norte ao sul do Brasil, ao voluntariado, no dia 29 de janeiro de 1943, após o encontro dos Presidentes Roosevelt e Vargas, em Natal (RN), quando foi acordada a participação da recém-fundada Força Aérea Brasileira (1941) no conflito da Segunda Guerra Mundial.

Navios na costa brasileira foram afundados, por submarino alemão, como o Araraquara, cujo Comandante era tio do Asa Branco curitibano Major-Aviador Reformado Valdemiro M. Teixeira de Freitas. O Comandante Lauro afundou com o navio. Outros navios foram atacados no mesmo dia, o Itagipe, o Arararas, o Bae-

pendi, cujos naufrágios resultaram em muitas mortes, perdas, para muitas famílias brasileiras. O causador de tal tragédia foi um submarino alemão U-507, comandado pelo Capitão-de-Fragata Harro Schacht em ação de guerra, que resultou na decisão do Presidente Vargas de participação do Brasil no conflito.

Brasileiros voluntários, candidatos à formação de oficiais aviadores com destino a participar da Guerra em curso, embarcaram em avião C-54, da Força Aérea Americana. Comentam nossos heróis, terem sido submetidos à rigorosa seleção, no Rio de Janeiro, para realizar o supremo sonho: voar, prontos a pagar o preço por esta dádiva de vida para alguns, infelizmente, de morte, para outros, pois faleceram em acidentes antes do término do curso. Grande sofrimento para suas famílias e seus companheiros, que são muito unidos.

Ainda neste ano, no dia 26 de outubro de 2007, encontraram-se para um almoço muito feliz de confraternização, quando, além dos efusivos abraços, relembra-ram com seus corações alados e apaixonados, suas intensas peripécias vividas a bordo de suas aeronaves, encontro esse, organizado anualmente pelo Coronel-Avi-



ador Reformado Temporal, no Clube de Aeronáutica. Ele, durante o evento, muito cumprimentado por seus amigos, a lembrar que foi o piloto pioneiro a realizar a Travessia do Atlântico Sul em avião de fabricação brasileira, um Bandeirante, com tempo exíguo, de curta autonomia de vôo. Ele comenta com muita humildade, que voou muitas vezes tal percurso.

Ainda a lembrar do tema central narrado com emoção, a vozes roucas, dos vôos das Velhas Águias, suas asas jovens e incansáveis, que voam sob efeito de seus grandes feitos, do pioneirismo da Aviação Militar e Civil brasileira. Na escuta privilegiada destes heróicos relatos, vividos com muito orgulho, o de viverem voando, sob



Primeira turma dos "Asas Brancas". Randolf Field, Texas, EUA, 4/1/1942

# Branças



Parte do grupo dos "Asas Brancas" da primeira turma do C.P.O.R. AER., Campo de Marte, Base Aérea de São Paulo

tecnologia incipiente ainda, frente aos modernos recursos hoje desfrutados pelos jovens pilotos da atualidade e que, certamente, marcam um diferencial inegável: voar essas máquinas, que quase voam sozinhas, e que não lhes exigem tanta presteza, algumas vezes, criatividade, perícia e conhecimento, a fim de os safarem dos imprevistos como, outrora, dos indesejáveis acidentes. Tempos do passado, que para salvar suas vidas e a de seus passageiros se exigia dos pilotos estarem sempre alertas. Os contadores de histórias, reais histórias de nossa História, dos relatos vivos, ditos no almoço, dádiva inesquecível, aos que lá estavam, fatos que infelizmente a maioria dos brasileiros desconhecem.

O Coronel-Aviador Reformado Sergio C. Schnoor, com sua vivacidade, do alto patamar de seus 92 anos, nos conta que, estando em sua aeronave, localizou o submarino alemão U-507, que afundara os navios brasileiros em nossa costa, na data de 15 de agosto de 1943. O Coronel Sergio bombardeou o submarino alemão e, por pouco, não o afundou, pelas precárias condições, ao atacante, que usou o armamento possível, considerando o armamento de superfície do convés. Imediatamente ele informou ao seu companheiro de vôo, em outra aeronave próxima, que utilizando a precisa informação afundou o U-507, não restando sobreviventes.

A 25 de março de 1941, foi criada a Escola de Aeronáutica, dando início à formação acadêmica e profissional dos seus Quadros permanentes, que constituíram o núcleo com o qual a organização se expandiu, nesta situação de emergência, de guerra. As primeiras convocações de pilotos foram de civis, já brevetados em aeroclubes nacionais, em junho de 1942.

Foram os *Asas Brancas*, pilotos ou especialistas convocados como oficiais para servirem na Força Aérea Brasileira (FAB), a partir de 2 de junho de 1942 até ao final da guerra. O que os distinguiu dos companheiros da Ativa era o símbolo da FAB. O gládio alado que encima o posto nas ombreiras era branco, daí os "ASA BRANCA".

Fizeram o Curso de Aviação Militar nos EUA; eram portadores do brevê (*Silver Wings*) – *Asa de Prata* e conhecidos, devido à língua inglesa que tinham que saber falar, por *Lifeboy* (sabonete popular no Brasil), assim jocosamente apelidados.

Saúdo esses heróis de nossa Pátria, o Brasil, que, para servi-la, obrigaram-se a muitas renúncias em suas vidas pessoais, afetivas, familiares. Sofreram com as diferenças de língua e de cultura para aprenderem a voar, nos Estados Unidos, na possibilidade de enfrentar uma guerra. Outros não voltaram.

Palavras são limitadas, não conseguem transmitir a emoção e poesia, a grandeza destas vidas, algumas, com as quais tenho a oportunidade de conviver, outras, que fizeram parte de minha infância e adolescência, nas Bases Aéreas deste Brasil.

SAÚDO os queridos militares, os "ASAS BRANCAS", os pilotos que amaram e honraram esta nossa Pátria Brasil, dedicando-lhe suas vidas, a eles, que já recolheram suas aeronaves e silenciaram seus motores, com muitas saudades ■



# A integralidade e *MILITARES*

Gen Div Synésio Scofano Fernandes

**P**or ocasião das negociações da Reforma da Previdência Social, que resultaram na Emenda Constitucional nº 41, o Governo, por intermédio do Ministro da Casa Civil, do Ministro da Previdência e de seus líderes políticos, garantiu a manutenção, para os militares federais, dos institutos da integralidade e da paridade, pelos quais o militar, ao passar para a Reserva ou reformar-se, perceberia, integralmente, o valor da remuneração da Ativa, sendo esse valor, também estendido às pensões, e, ainda mais, que os proventos e as pensões seriam revistos na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificasse a remuneração dos militares em atividade e, nesse caso, seriam repassados aos inativos e aos pensionistas quaisquer benefícios, vantagens ou gratificações concedidos aos militares em atividade, inclusive decorrentes da transfor-

mação ou reclassificação de cargos ou funções. Essa questão foi exaustivamente debatida e considerada e resultou em suprimir-se a remissão dos militares federais ao então parágrafo 8º do Art. 40 da Constituição Federal, cuja redação seria modificada e, além disso, não se remeter os militares federais ao disposto no Art. 6º da EC nº 41. Essa última decisão decorreu do mútuo entendimento de representantes do Governo e dos Comandantes das Forças de que a regra da paridade continuaria a ser aplicada a todos os militares, inclusive àqueles que ingressassem na Forças Armadas após a publicação da referida EC. Inúmeras reuniões foram realizadas com representantes do Governo, no Legislativo e no Executivo, tendo como consequência a proposta apresentada, que contou com a participação dos Comandantes das Forças Singulares. A

ênfase dos mais altos representantes do Governo em reafirmar a manutenção da integralidade e da paridade tranqüilizou os militares e, em consequência, a decisão foi difundida para todas as bases e guarnições militares.

Cabe, neste momento, repetir, integralmente, duas passagens do relatório da PEC nº 40-A, aprovado pelo Congresso Nacional:

“O regime a que se sujeita o militar exige-lhe, antes de mais nada, a disposição para expor a risco a sua própria vida, em obediência a ordens superiores. Impõe-lhe a eventualidade de prestar serviço em qualquer horário sem limitação de jornada e sem direito a qualquer das compensações pecuniárias previstas na legislação trabalhista. O regime sujeita o militar a ser transferido para qualquer localidade eventualmente submetendo a si e a



# *a paridade para os* **FEDERAIS**

seus familiares a condições inóspitas. Pode, ainda, já estando na reserva remunerada, ser convocado para o serviço ativo. Ao militar são também proibidas a sindicalização e a greve, bem como a filiação a partidos políticos, enquanto em serviço ativo.”

Mais adiante, diz o referido Relatório: “O parágrafo 8º do Art. 40, cujo texto em vigor contém a regra da paridade, passaria a conter, sob a nova redação, previsão de reajustamento de benefícios conforme critérios a serem estabelecidos em lei. A supressão da remissão permitirá que a regra da paridade continue sendo aplicada para os militares que vierem a se inativar, bem como a seus futuros pensionistas, diferenciando os militares dos servidores civis quanto a esse aspecto.”

Portanto, a questão do reajuste dos militares, cujo estudo foi entregue ao Mi-

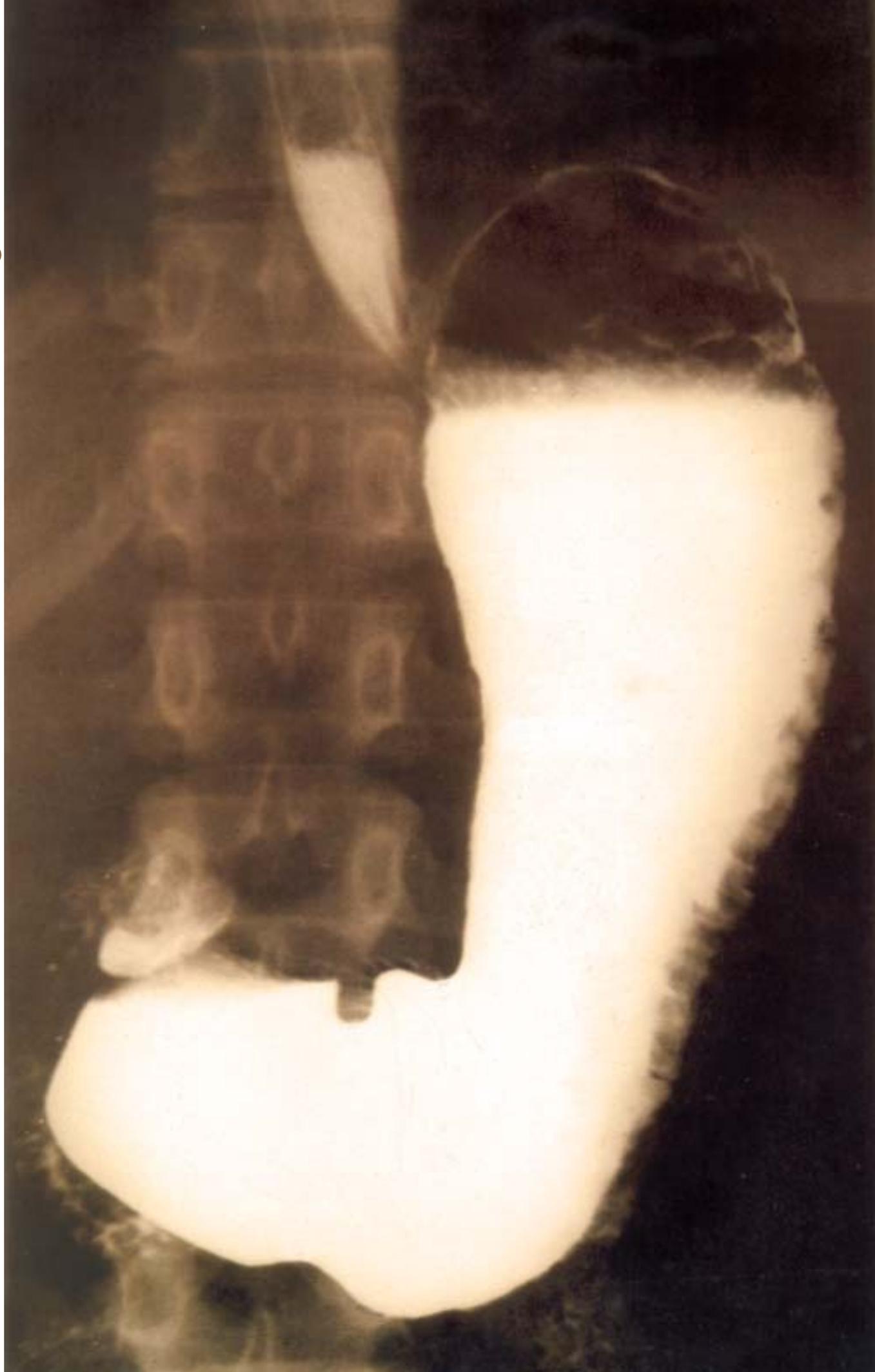
nistro da Defesa, em outubro de 2006, não pode ser solucionada com a previsão de qualquer tipo de adicional, gratificação, vantagem ou reajuste que não seja igualmente concedido para ativos, inativos ou pensionistas.

A concessão de uma gratificação específica, qualquer que seja, para o pessoal da Ativa, ou de aumento diferenciado entre ativos e inativos, configura uma situação mais grave ainda que não conceder qualquer reajustamento para os militares, mesmo no cenário crítico em que eles percebem uma remuneração muito inferior à dos servidores civis do mesmo nível.

A quebra da paridade significará o rompimento de acordo, que visava recompensar, em parte, as grandes restrições decorrentes da MP de 29 de dezembro de 2000. Significará, também, a perda de

um objetivo arduamente conquistado e mantido, o que, decerto, ensejará a possibilidade do retorno progressivo de uma situação do passado recente, na qual inativos e pensionistas, componentes da Família Militar, passavam sérias dificuldades para sobreviver. Família militar que não pode ser percebida como um agregado, como já se disse, mas é constituída de militares que se dedicaram integral e exclusivamente, ao seu nobre ofício, e de pensionistas que viveram as mesmas agruras e renúncias próprias da vida militar. Decerto não é um ente depreciado, a ser sustentado, por extensão, e prestes a ser descartado. O eventual rompimento da paridade significará, ainda, a quebra de confiança e de credibilidade que sustentam o diálogo leal e honesto a presidir as relações entre os dirigentes do Poder Executivo e o setor militar de nossa sociedade ■

# Esclarecimentos e orientações



# GASES

## no tubo gastrointestinal

### Esclarecimentos

#### – Eructação (Arroto)

É a eliminação pela boca de gás liberado do estômago ou esôfago. Esta liberação poderá dar-se de modo voluntário ou involuntário. Ocasionalmente o gás é eliminado também pelo nariz.

O arroto ocorre mais freqüentemente após refeições, quando a distensão gástrica resulta em transitório relaxamento do esfíncter esofágico inferior. Trata-se de um reflexo normal e não denota, ele próprio, qualquer disfunção gastrointestinal.

Em condições normais, todo gás encontrado no estômago vem de ar deglutido. Com cada deglutição, 2 a 5ml de ar são ingeridos. Excessivas quantidades, quando deglutidas, podem resultar em distensão, flatulência e dor abdominal. A ingestão de ar (aerofagia) em grandes volumes pode ocorrer nas seguintes situações: ansiedade, refeições muito rápidas, uso de goma de mascar, fumo excessivo e consumo de bebidas gasosas e carbonatadas.

#### – Flato (Peido)

É a eliminação por via anal de gás armazenado no cólon (intestino grosso). Este gás colônico deriva de duas fontes principais: o ar deglutido e a fermentação bacteriana de carboidratos que resistiram à digestão nos segmentos mais proximais do tubo digestivo. O ar deglutido que não é arrotado passa através de todo o intestino e, juntando-se aos gases formados pela fermentação no cólon, acabam eliminados como flato.

O ar engolido pode contribuir com até 500ml de flato por dia (acima de 70% de nitrogênio). A mistura gasosa resultante da fermentação dos carboidratos não

digeridos é formada principalmente por hidrogênio, gás carbônico e metano (estes últimos dois contribuem para o efeito estufa). Em condições normais, apenas uma pequena quantidade de substrato fermentável atinge o cólon.

Dentre estas substâncias podemos destacar: frutose, lactose, sorbitol, trehalose (cogumelos), rafinose e estaquiose. Os alimentos ricos nestas substâncias são: feijões, ervilhas, lentilhas, brócolis, brotos, couve-flor, couve, alho-poró, cebola, cerveja e café. A frutose é encontrada na maioria das frutas, mas também muito usada como adoçante ou ainda componente de bombons, “syrups” e sucos industrializados. Das farinhas refinadas, apenas a de arroz não produz gás. Mau odor no gás eliminado pode ser provocado por alimentos tais como: alho, cebola, berinjela, cogumelos, certas ervas e condimentos.

### Orientações

#### – Relacionadas à eructação

Como ressaltado anteriormente, trata-se de um reflexo normal, e sua presença isolada não significa patologia. Sendo assim, a avaliação médica deve ocorrer em pessoas que além da eructação apresentem outras queixas, tais como: disfagia (dificuldade de deglutir), azia, saciedade precoce ou vômito.

Uma vez que o indivíduo entenda a relação entre aerofagia e eructação, estará em condições de contornar o problema, modificando seus hábitos (combater a ansiedade, comer sem pressa, assim como evitar: goma de mascar, bebidas gasosas e fumo). Existem condições que prejudicam a deglutição normal, levando

à aerofagia, tais como: dentaduras mal adaptadas e obstrução nasal. Estas condições devem ser corrigidas.

É importante notar que medicamentos como antiácidos e dimeticona (dito antifisético) não têm qualquer valor no combate à eructação.

#### – Relacionadas ao flato

Todas as medidas acima descritas para diminuir a aerofagia são válidas para diminuir o acúmulo de gases no cólon e, conseqüentemente, a sua eliminação como flato. Por outro lado, para evitar que um grande volume de substrato fermentável atinja o intestino grosso, devemos evitar ingerir em grande quantidade os alimentos e bebidas, já ressaltados acima, como os ricos em glicídios fermentáveis.

O uso de carvão vegetal pode adsorver o gás no intestino e, portanto, diminuir a distensão e a eliminação de flatos. A redução da gordura na alimentação melhorará a distensão gasosa, porém facilitará a eliminação de flatos (a gordura retarda a depuração de gás do intestino).

Cabe também ressaltar aqui que medicamentos à base de dimeticona não têm qualquer efeito benéfico provado.

Os gases colônicos isoladamente não denotam patologia. Porém, aquele que apresente alteração do ritmo intestinal (prisão de ventre ou diarreia), ou sangue nas fezes, terá de procurar um médico para avaliação complementar.

### Mensagem final

Espero que o leitor tenha compreendido e fixado os esclarecimentos e orientações no sentido de poder difundir para que tenhamos uma população mais esclarecida em termos de saúde ■

# CULPA

## de Quem?

Severo Hryniewicz  
Professor de Filosofia da  
Faculdade João Paulo II  
severo@fgv.br

Uma reportagem publicada por ocasião da Copa chamou especial atenção pela sua carga de dramaticidade. Relatava o caso de Jacob Saur, um garoto de 10 anos de idade que, pela primeira vez na vida, teria tido a coragem de dar vazão ao sentimento de orgulho pela sua pátria, ao comemorar as vitórias da seleção alemã.

Jacob é bisneto de Karl-Otto Saur, agente nazista durante a Segunda Guerra. Membro da alta cúpula do Ministério dos Armamentos, foi o responsável por planejar o aproveitamento de prisioneiros dos campos de concentração na indústria bélica nazista. Calcula-se que um milhão de prisioneiros tenha morrido em consequência de seu planejamento macabro.

Ambos, o adolescente e o avô, não se sentiam à vontade para vibrar pelo seu país, apesar de terem vontade de fazê-lo por causa da boa campanha da seleção na Copa. Qualquer excesso poderia ser interpretado como anuência às idéias nacionalistas comungadas pelos seus antepassados.

Além do “*inferno*” do olhar dos outros, tanto Jacob quanto seu avô confessaram sentimento de mal-estar provocado pelos fantasmas interiores, ligados a uma espécie de remorso por erros cometidos por outros.

O drama existencial vivido por ambos é similar ao de tantos. É o caso de tantos filhos de políticos corruptos, de criminosos comuns, de pessoas que praticaram

atos condenáveis. Não conseguem mais dar um rumo à sua vida em função de erros cometidos por seus parentes.

Para o “*herdeiro*” desse tipo de fama é praticamente impossível desvincular-se dos rótulos que a sociedade impõe. É objeto do olhar desconfiado de seus colegas na escola, no trabalho ou em qualquer lugar onde estiver. Tem de carregar sobre os ombros os erros cometidos por outros. A sociedade é extremamente cruel e não se esforça em fazer a distinção entre os autores dos atos vis.

Coloca-se aqui a pergunta: na perspectiva ético-filosófica e religiosa, é justificável tal comportamento? Pode-se, de algum modo, atribuir algum tipo de coresponsabilidade no ato criminoso àquele que carrega em suas veias o mesmo sangue do autor? E aquele que sofre o preconceito, deveria comportar-se como se fosse co-responsável pelos atos alheios?

Numa análise sociológica, parece natural admitir que as pessoas atribuam a todos os membros da família a pecha pelo crime cometido por um de seus membros. É assim que se formam as mentalidades, já que o senso comum tende a ficar preso às aparências. É mais cômodo rotular negativamente o outro, colocando-se numa posição de quem julga. Por trás disso, há uma boa dose de ressentimento.

Se a sociologia do conhecimento e a psicologia social, ao considerarem o comportamento comum das pessoas, admitem-no como lógico e natural, do ponto de vista ético-filosófico,

existe a possibilidade de se olhar esse fato de outra maneira.

Sob esse ponto de vista, entende-se que o homem, de certo modo, é o autor de seu destino. Não se duvida que, ao nascermos, encontramos determinismos aos quais irremediavelmente estamos presos: não podemos trocar os nossos pais, o local onde nascemos, a moral segundo a qual somos educados, o idioma etc.

No entanto, apesar disto, a liberdade é um dado inquestionável. É por meio dela que construímos aquilo que realmente somos. A nossa personalidade é moldada a partir dos atos com a marca de nossas livres escolhas. Na verdade, nós mesmos nos fazemos santos ou canalhas. Não é o outro o responsável por aquilo que fizemos de nós mesmos.

Não é justo, pois, que julguemos os outros pelo que não fizeram. Contudo, é muito menos honesto ainda julgarmos a nós mesmos pelo que não fizemos. O modo de enfrentamento de situações como a vivida pelo menino Jacob e pelo seu avô, não pode ser outro que o de abandonar a importância do olhar do outro e criar a coragem de proclamar a si mesmo como dono de seu destino. Para isso, é preciso muita coragem e força interior.

Parafraseando o filósofo francês Jean-Paul Sartre, o que importa mesmo não é o que os outros fazem com a gente, mas o que fazemos daquilo que os outros fazem conosco ■



Joseph Beuys  
*I like America and  
America likes Me*  
1974  
Fotografia



“**M**uito mais coisas nos ensina a Terra sobre nós mesmos, do que todos os livros”, segundo o ensinamento do piloto e escritor francês SAINT-EXUPÉRY na extraordinária obra “*Terra dos Homens*”, Grande Prêmio de Literatura da Academia Francesa, editada em português (1946) pela “*José Olympio Ed.*”, com preciosa tradução do imbatível cronista RUBEM BRAGA. A bela tradução não se limita apenas à transposição formal do texto francês para o vernáculo. Esta tradução capta principalmente o clima filosófico da narrativa original e com suavidade é oferecida aos leitores com nuances sutis e espirituais conforme o texto

francês original. Conviver cerca de 50 horas consecutivas sob uma temperatura glacial confirma o pensamento reinante de que os Andes no inverno não devolvem suas presas – o homem, principalmente. Para o autor do livro, esta epopéia é a mais bela de todas as aventuras do leque de incidentes ocorridos na vida atribulada do companheiro GUILLAUMET, piloto da “*Aeropostal*” de transporte de malas do Correio.

A prolongada ausência de GUILLAUMET tornou-se preocupação generalizada, levando MERMOZ, SAINT-EX e DELEY a sobrevoar os infindáveis desfiladeiros em vôos agravados por implacáveis nuvens, poderosas correntes de ar descendentes e outros incontáveis fatores negativos durante cinco dias corridos. Num almoço de rotina, entre duas jornadas de buscas, o pequeno restaurante de

Mendoza foi perturbado pela porta aberta abruptamente, quando um cidadão agitado bradou:

–GUILLAUMET vive!

Desencadeou-se de imediato uma intensa confraternização entre os freqüentadores da casa, os pilotos, os mecânicos e os servidores do próprio estabelecimento, todos envolvidos direta ou indiretamente com aquela busca temerária. O ambiente humilde da sala captou bem a mensagem, ocasionando um sensível declínio no *stress* coletivo.

Rapidamente, SAINT-EX com dois mecânicos decolam para aterrissar numa precária estrada onde se encontrava o automóvel adrede preparado para levá-los às cercanias de San Raphael, onde acharam numa singela choupana o naufrago das neves muito abatido, porém radiante e consciente daquela tremenda ocorrência.

# A Terra....

Deflagrou-se uma vibrante confraternização plena de amizade com troca de abraços entre velhos companheiros. Quando recuperado GUILLAUMET contou que o seu “*Laté 25*” enfrentou o clima adverso sob o qual nem os aviadores de empresa comercial (Pan-Am) ousaram decolar, decidindo ele seguir rigidamente o rumo traçado, na expectativa de encontrar um “*buraco*” nas nuvens densas. Correntes de ar descendentes, poderosas, forçaram o minúsculo biplano a perder quase 2.500 metros de altura em poucos minutos. Próximo à Laguna Diamante, no fundo de um imenso precipício, circulou a baixa altura (cerca de 30 metros), sem chance de retorno, até ocorrer a implacável pane seca. A única alternativa, pousar às margens da Laguna, não trouxe qualquer desfecho favorável, pois o biplano capotou ao tocar as neves. Abrandada a tempestade, o piloto reiniciou o longo retorno, agora a

pé, na esperança de encontrar socorro. Caminhou por cinco dias e quatro noites, sob uma temperatura glacial (-15 graus), revelando a si mesmo uma incrível resistência física e psíquica que ele mesmo não imaginava possuir, nunca se permitindo um mínimo de repouso, certo de não ter condições de erguer-se após o descanso, pois estava bastante ferido nas mãos, nos pés, e nos joelhos, consequência das quedas sobre o gelo, agravado por suas condições físicas muito depauperadas. Quando escorregava, erguia-se, evitando sucumbir àquele mínimo aconchego que o conduziria ao congelamento total.

Um dia, com o pensamento voltado para a esposa, recordou-se do seguro de vida cujos termos contratuais não a deixaria materialmente desamparada na sua ausência. Na hipótese de desaparecimento, a morte efetiva só seria qualificada quatro anos depois da ocorrência. Em forma de oração, ele repetia convicto: “*se minha*

*mulher crê que estou vivo, ela crê que estou andando*” e com este raciocínio se auto-estimulava com toda a força do pensamento generoso. A esta altura das incríveis atribuições, GUILLAUMET pensava apenas em caminhar para garantir um benefício imediato para a mulher amada, excluindo do raciocínio o seu próprio resgate. Aos poucos, iniciou-se o duro processo de perda de memória, esquecendo-se sucessivamente, nas eventuais paradas, as luvas e depois o relógio. Em seguida deixou na neve o canivete com o qual alargava a botina para abrigar seus pés a cada momento mais inchados. Afinal, perdeu a indispensável bússola, grande orientadora de seu rumo.

GUILLAUMET foi transportado com toda urgência para Mendoza, quando balbuciou para SAINT-EX o resumo de quem compreendeu a epopéia do qual fora o protagonista:

– O QUE EU FIZ, VOCÊ SABE, NENHUM BICHO, SÓ UM HOMEM ERA CAPAZ DE FAZER ■

Aloísio Quadros  
Pesquisador-Historiador  
a.quadros@hotmail.com

# é dos Homens?

# O TRENÓ e a

Faz muito tempo, assisti a um filme russo, intitulado *“A Balada de um Soldado”*. A projeção foi antecedida por um curta-metragem, *“O Trenó”*, originário, se não me engano, da antiga Checoslováquia. Eles jamais seriam exibidos nos países da então ainda existente União Soviética, uma vez que se destinavam, primariamente, a quebrar a vontade de combater dos povos anticomunistas.

Farei, a seguir, um resumo dos dois, se me não falhar a memória, já tão envelhecida.

O primeiro começa sem palavras. Dois meninos, um adolescente e outro ainda muito pequeno, encontram um caixote em meio a uma paisagem gelada e desértica, onde quase nada havia, e o transformam em um trenó. Seguem-se cenas líricas e muito emocionantes das duas crianças que, alegremente, brincavam com, talvez, a única coisa que possuíam.

Em dado momento, passam por uma cabana e percebem que não saía fumaça da chaminé da lareira. Aproximam-se da casa e olham pela janela, por onde vêem uma senhora muito idosa deitada em um catre existente no quarto congelado.

Segue-se uma discussão, percebida apenas por gestos, entre os pequenos protagonistas, e o rapazinho começa a quebrar o trenó, sem esboçar qualquer reação contra o irmão menor que o agredia violentamente, mas, também, sem interromper o que fazia.

Pouco depois, a velhinha acorda, vê o fogo na lareira, levanta-se e se ajoelha diante do seu pequeno santuário, para agradecer o milagre que acabara de acontecer.

Os nossos heróis observavam tudo. Enquanto o mais novinho, já conformado, ainda exibia os vestígios do choro convulsivo de pouco antes, o mais velho mostrava serenidade, satisfação e saudável orgulho pelo acabara de fazer.

Com rara humildade, permitira, ainda, que o fruto da sua solidariedade, do seu desprendimento, enfim, do seu heroísmo anônimo, fosse creditado, exclusivamente, a Deus, que o colocara ali.

Uma lágrima minou de um dos seus olhos e desceu, suavemente, pela face, contracenando com as outras gotas d'água que, ressudadas do gelo que se desfazia, escorriam, em elegante e sutil balé, pelo vidro levemente embaçado da janela.

E, escondida pelo escuro do cinema, outra lágrima rolou, desta vez pelo rosto do articulista.

O filme principal conta aventuras e desventuras de um soldado a caminho da sua aldeia natal, em gozo da dispensa que recebera, mercê de sua bravura em combate. Ele pretendia reparar o telhado da casa dos pais, que já estava em mau estado, quando fora convocado e tivera de se afastar.

Durante o caminho, conhece uma moça que fugia dos horrores da guerra e tem, com ela, um romance muito bonito, que surgiu enquanto pegavam carona em trens de carga e enfrentavam, juntos, os mais variados perigos, na área conflitada. Terminou, porém, quando o soldado se recusou a desertar para ficar com ela.

A licença já estava vencida, mas resolveu, ainda assim, seguir o plano original, pois, atrasado que estava, teria de enfrentar as conseqüências disso, de qualquer forma.

Finalmente, chegou à aldeia e a encontrou completamente destruída. No lugar onde antes ficava a sua casa, havia apenas uma grande cratera. Desesperado, procura por vizinhos, que o informam de que seus pais haviam morrido durante um bombardeio.

Infeliz, sozinho no mundo, preocupado com o atraso, resolve retornar para a única coisa que lhe restava, o seu quartel, mesmo sabendo que poderia ser fuzilado, se fosse considerado desertor.

Durante o caminho de volta, confronta-se com um soldado inimigo e o vence em combate corpo-a-corpo. Aponta o fuzil para o peito do adversário caído ao chão, mas, antes de disparar a arma, percebe que não enfrentava um inimigo adulto, senão, estava diante de um menino apavorado.



# BALADA DE UM SOLDADO

Depois de um instante de hesitação, sorri com indulgência, baixa a arma, faz um gesto de despedida e retoma o seu caminho.

O garoto tira um pequeno revólver de sua roupa e dá um tiro nas costas do soldado, que cai morto ao solo.

Fim. As luzes se acendem, mas nenhum espectador se levanta. O silêncio é enorme. Estão todos arrasados. Os filmes haviam atingido o objetivo, e o pacifismo (\*) – pregado pelas nações que mais se armam – havia conquistado novos adeptos entre os brasileiros, já tão pacíficos por natureza.

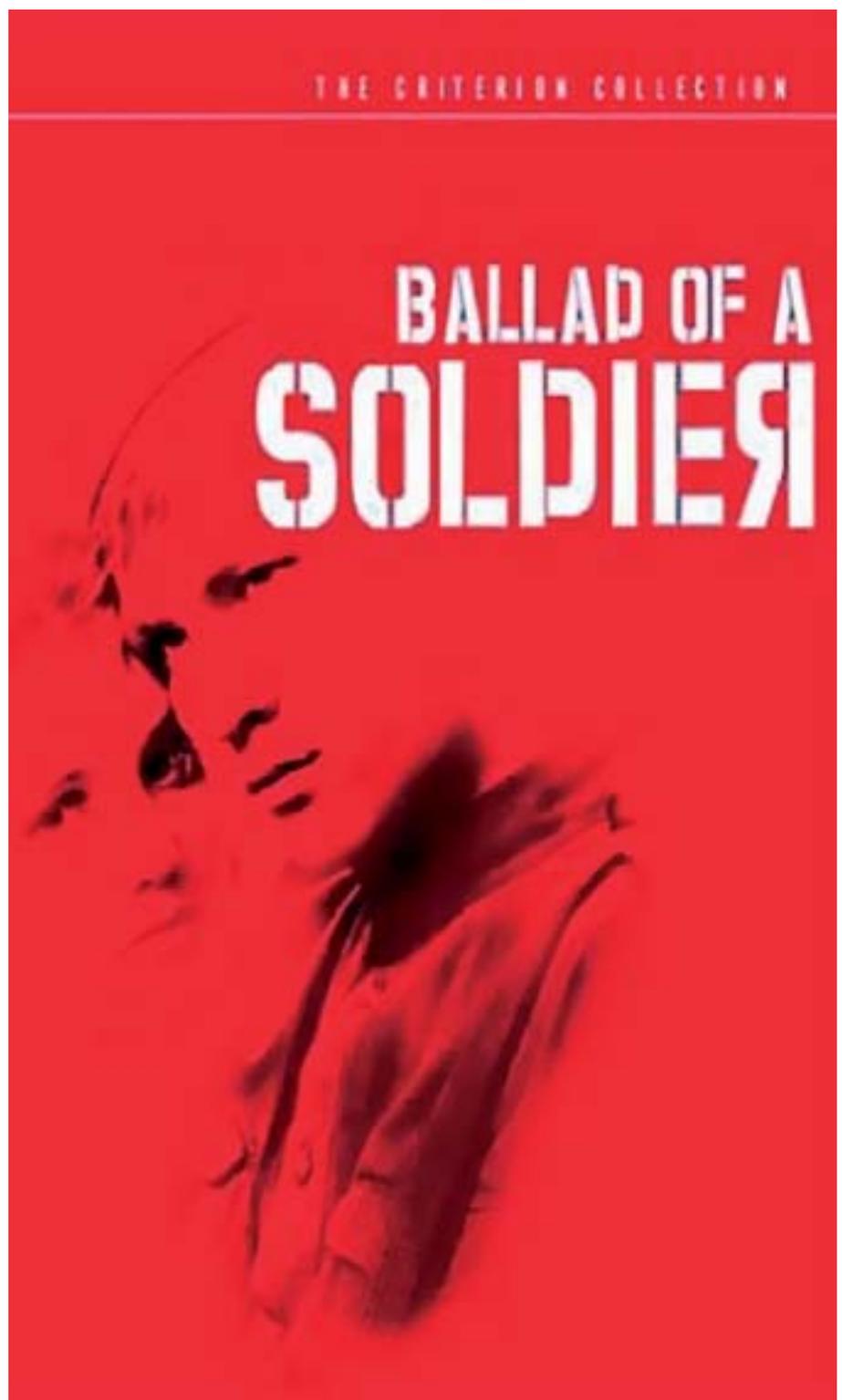
Eu, porém, que conheço as crueldades e o maniqueísmo das ideologias sectárias, tirei outra conclusão da experiência: não nos devemos, jamais, descuidar diante do inimigo, ainda que este pareça impotente ou, mesmo, morto.

O soldado foi nobre e fez muito bem em não matar, covardemente, o menino batido, mas errou ao dar-lhe as costas. Teria sido mais prudente, por exemplo, mandá-lo levantar-se e correr, sem olhar para trás, mantendo a arma pronta, até que o pequeno combatente não mais oferecesse perigo.

É, justamente, isso o que deveríamos fazer com a quadrilha de criminosos que assaltou o poder e acomete a Nação todos os dias.

Batê-la, primeiro, usando, para tanto, todas as armas disponíveis e, depois, fazê-la correr sem olhar para trás, até que não mais represente qualquer ameaça ■

(\*) *Pacifismo: Doutrina que prega o desarmamento das nações e a solução dos conflitos internacionais por meio da arbitragem, ou pacificamente, com a proscrição do recurso à guerra (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa).*



D. Estevão Bettencourt  
Teólogo, Monge beneditino do  
Mosteiro de São Bento - RJ

# Natal e

**T**ermina mais um ano: Muitos se sentem cansados com o trabalho. Outros fecham o seu balanço; enceram as atividades planejadas. Percebe-se que o ano envelheceu e, com ele, também os homens. É nesse ambiente que aos 25 de dezembro (data em que os dias começam a se alongar no Hemisfério Norte) o mundo cristão celebra o Natal, o nascimento de uma criancinha em Belém. Muitos são os que não O conhecem, mas sabem que Ele de certo modo é

celebrado no mundo inteiro, pois Ele dividiu os tempos em “antes de Cristo” (a.C.) e “depois de Cristo” (d.C.). Para todos Ele significa alguma coisa; esse Jesus é o Senhor dos tempos. Em particular, para os que têm fé, Natal quer dizer que Deus assumiu o que é nosso para dar-nos o que é seu ou uma participação de sua bem-aventurança celeste; além do que foi a palavra dele dita “*Evangelho*” ou Boa Nova que berçou a civilização ocidental. Eis o que Natal significa em seu âmago.

Natal é a novidade dentro da vetustez... O velho ano dá lugar a novo ano. A vida recomeça; o homem não acaba, pois ele tem uma alma imortal. Somaremos mais uma unidade ao cômputo dos nossos anos: 2006, 2007, 2008. Cresceremos numericamente em anos de vida. Todavia o crescimento meramente quantitativo não interessa se não é acompanhado do crescimento qualitativo... Qualitativo no sentido de nos tornarmos mais homens ou mais filhos de Deus. Haverá sempre de



# Ano Bom

progredir, no cultivo das virtudes que caracterizam o homem e, no das virtudes que caracterizam o cristão. Podemos comparar a vida presente a uma gestação: nascemos como bebezinhos cheios de virtualidades não desabrochadas: o desenvolvimento desse potencial está aos nossos cuidados, como esteve aos cuidados de nossas mães durante os nove meses de gestação. Somos nós agora que damos os traços definitivos à nossa personalidade, esculpindo-a, burilando-a, cinzelando-a... a nosso gosto.

Não raro a covardia dificulta esse burilamento; estamos conscientes disto e não lhe cedemos um passo atrás que seja. Quando, no ato final de nossa caminhada terrestre, olharmos retrospectivamente, experimentaremos imensa alegria, por termos sido fortes e perseverantes no modelamento de nossa estatura definitiva. No vocabulário cristão não podem existir os vocábulos “covardia, medo, recuo”; o homem de brio é santamente teimoso, não abre mão de seus

bons propósitos. A sociedade espera esse esforço tenaz de cada um de seus filhos.

Que Deus nos ajude a não frustrar o seu plano, dando-nos a fortaleza de ânimo e a mente juvenil necessária para que não nos tornemos uma caricatura de nós mesmos.

**Santo Natal  
e Feliz Ano Novo  
para todos os nossos  
leitores e amigos ■**



Uccello

VENHA, COMPANHEIRO! ASSOCIE-SE AO  
CLUBE DAS REELEIÇÕES ILIMITADAS!



Ivo Batalha Cel. Av. RI  
= 12. 2007 =